



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Caroline dos Santos Souza

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

Caroline dos Santos Souza

**Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental
executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Catia Antonia da Silva

São Gonçalo

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S729 Souza, Caroline dos Santos.

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro / Caroline dos Santos Souza. – 2019.

102f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cátia Antônia da Silva.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Reflorestamento – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Política urbana – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses I. Silva, Cátia Antônia da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994

CDU 630*9(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Caroline dos Santos Souza

Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração:

Aprovada em 29 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Catia Antonia da Silva (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof^a. Dra. Lilian Fessler Vaz
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mario Pires Simão
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2019

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre muito difícil, pois a memória sempre pode falhar e isso é algo muito injusto, pois sem a contribuição, o carinho e a persistência de tantas pessoas, que ajudaram a fazer esta jornada mais leve e menos solitária, não iria conseguir alcançar esse objetivo.

Todos os agradecimentos aos pais são plurais, porém o meu será feito individualmente, pois eles são pessoas muito diferentes e suas contribuições também o foram. Ao meu pai, que, com seu gosto por leitura e História, me apresentou ao mundo dos museus e da História ainda pequena e incentivou, mesmo que indiretamente, minha longa caminhada na vida acadêmica.

À minha mãe, que nunca me deixou desistir, a ponto de passar muitos dias ao meu lado, me vendo escrever e me ouvindo ler. Não agradeço somente por isso, mas por me ensinar a acreditar em mim e que, através do ensino e do estudo, podemos ajudar as pessoas, ao longo de nossa vida.

As minhas avós, que sempre me deram muito carinho e deixaram exposto o seu orgulho da minha caminhada e a apreensão por eu precisar atravessar a cidade para estudar, apesar de não entenderem a vida acadêmica por falta de contato.

Aos meus tios e primos, que, mesmo sem nenhuma proximidade com a academia, sempre tornaram os meus dias mais leves e engraçados. Em especial, as minhas tias Lia, por estar ao lado meu e da minha mãe, quando mais precisávamos, e Lena, por me adotar como filha nos momentos que mais precisei de colo e de carinho.

Ao meu namorado Diego Freitas, que sempre me incentivou a ir em busca dos meus sonhos, mesmo quando eu duvidava se era viável ou não concluir a dissertação. Também, por sempre me distrair e me lembrar de que existe vida fora da faculdade.

Em especial, a minha tia do coração, a Nilce, que sempre esteve pronta para me ajudar, tanto em atribulações pessoais quanto profissionais. Por ela deixar exposto o seu orgulho pelo meu papel de historiadora na sociedade e por sua indignação sobre as barbaridades contra a educação.

Às amigas Ana Luiza, Carol Gil e Juliana Prata, que são amigas de todas as horas, das invasões à casa da Gil, pelas conversas que sempre renovaram as minhas forças. E às novas amigas, Natasha Barbosa e Monique Sousa, pelas trocas e discussões que me enriqueceram como pessoa e como pesquisadora.

À minha orientadora da monografia, que virou uma amiga, Lise Sedrez, sem a qual eu não conheceria entender a história ambiental e não me encantaria com a história urbana, também. Então, obrigada por me tornar essa pesquisadora ávida pelo meu objeto e por me lembrar de toda a minha trajetória, nos momentos difíceis.

À minha orientadora do mestrado, Catia Antonia da Silva, que embarcou comigo nessa dissertação, ainda que não sejamos da mesma área. A troca de experiências, de abordagens e de metodologias na formação desta dissertação, através do diálogo entre História e Geografia, a deixou mais rica e me fez perceber a relevância da interdisciplinaridade para o tema.

À Prefeitura do Rio de Janeiro, em especial à parte de recuperação ambiental, que fez o Projeto Mutirão de Reflorestamento se tornar um programa ambiental tão reconhecido pelo mundo e à Priscila, pela atenção e prontidão, via WhatsApp, e aos técnicos e mutirantes, pelas entrevistas, que sempre foram feitas de modo muito prestativo.

À banca, por aceitar avaliar este trabalho, contribuindo para o meu processo de aprendizagem e de reflexão, resultando no amadurecimento das minhas ideias.

Caroline dos Santos Souza

RESUMO

SOUZA, Caroline dos Santos. *Dentro da favela a floresta reaparece: a problemática da recuperação ambiental executada pelo Mutirão de Reflorestamento (1986-2009) no Rio de Janeiro*. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o Programa Mutirão de Reflorestamento, da Prefeitura do Rio de Janeiro, ao longo dos anos de 1986 a 2009, em relação à restauração da Mata Atlântica e ao controle da expansão de favelas em área de encosta. O recorte temporal é marcado pelo início do projeto, em 1986, e vai até 2009, porque esse ano foi relevante, em função da estruturação da remuneração e da distribuição de mudas aos mutirantes para o plantio, logo esse ano marcou uma consolidação do programa e, também, nesse período, as áreas de encostas reflorestadas se encontram em manutenção. O estudo visa analisar a relação entre Estado e as comunidades selecionadas pelo programa, lembrando das tensões contínuas que se fazem presentes, no cotidiano dessa relação. A pesquisa estuda as relações de trabalho estabelecidas pelo projeto e a recuperação ambiental dos morros cariocas, além de avaliar os tipos de plantas usadas no reflorestamento. Com a finalidade de aprofundamento ao tema, a dissertação apresenta as ações do programa no Morro do Vidigal, para entender como a política ambiental do mutirão de reflorestamento se relacionou com as questões específicas dessa favela e como seus moradores participaram do projeto. A metodologia consistiu na análise de dados e das atividades de estágios de vivência, entre 2017 e 2018. Além disso, foram realizadas entrevistas com os técnicos e com os mutirantes, buscando analisar os limites e as possibilidades das ações, devido, sobretudo, à entrada dos grupos civis armados.

Palavras-chave: Reflorestamento. Política urbana. Favela. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SOUZA, Caroline dos Santos. *Within the favela the forest reappears: the problem of environmental restoration carried out by the "Reforestation Mutirão" (1986-2009) in Rio de Janeiro*. 2019. 102f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

This dissertation aims to analyze the Mutirão Reforestation Program, of Rio de Janeiro City Hall, from 1986 to 2009, in relation to the restoration of the Atlantic Forest and the control of favela expansion in hillside areas. The time frame marks the beginning of the project, in 1986, and goes until 2009, because of the restructuring on both remuneration and seeds distribution to the seedlings for planting, which represented a consolidation of the program and after this period, the reforested slope areas are under maintenance. The study aims to analyze the relationship between the State and the communities selected by the Program, regarding the continuous tensions of this relationship. This research focuses on the working relationships established by the project and the environmental recovery of Rio de Janeiro hills, besides evaluating the types of plants used in reforestation. In order to deepen the topic, the dissertation presents the Program's actions in Morro do Vidigal, to understand how the environmental policy of this reforestation task force related to the specific issues of this favela and how its residents participated in the project. The methodology consisted in the analysis of both data and living activities, from 2017 to 2018. In addition, interviews were conducted with the technicians and the task force workers, seeking to analyze the limits and possibilities of actions, mainly due to the entry of armed civilian groups.

Keywords: Reforestation. Urban policy. Favela. Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro	13
Figura 2 –	Símbolo do Mutirão de Reflorestamento	46
Figura 3 –	Vista parcial do viveiro da Fazenda Modelo	56
Figura 4 –	Mutirantes do Morro da Formiga	60
Figura 5 –	Produção anual de áreas implantadas, em hectares (ha), com dados de 1987, até o mês de outubro de 1999	63
Figura 6 –	A Favela da Rocinha em primeiro plano. Ao fundo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Leblon (zona Sul da cidade do Rio de Janeiro)	65
Figura 7 –	Coletores de mudas na Fazenda Modelo	68
Figura 8 –	Área de implantação do Mutirão de Reflorestamento no Morro do Barata	71
Figura 9 –	Imagem do Vidigal, na qual se observam sua localização e sua visão privilegiada da cidade do Rio de Janeiro	77
Figura 10 –	O Globo, 31 de dezembro de 1977 (p. 9)	79
Figura 11 –	Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1994 (capa)	82
Figura 12 –	Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1996, Caderno Cidade (p. 3)	84
Figura 13 –	Placa localizada no Vidigal, que informa sobre a proibição de atividades que configuram Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998)	87
Figura 14 –	Educação ambiental em área de reflorestamento, no Morro da Babilônia	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Relação do número de mudas fornecidas com o número mínimo de espécies e o número mínimo de espécies do grupo A	57
Tabela 2 –	Função de cada cargo e seus salários	61
Tabela 3 –	Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare, na fase de implantação	71
Tabela 4 –	Rendimento Mínimo Estimado (RME) por área em manutenção	72

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEA	Centro de Educação Ambiental
CFL	Cada Família um Lote
CGAV	Coordenadoria Geral de Áreas Verdes
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
CO ₂	Gás Carbônico
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CRA	Coordenadoria de Recuperação Ambiental
CV	Comando Vermelho
FAMERJ	Federação de Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FAFERJ	Federação das Associações de Favela do Rio de Janeiro
FP	Fator Produtividade
GEAP	Grupo Executivo de Assentamentos Populares
ONU	Organização das Nações Unidas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEAR	Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
RFM	Recibo de Fornecimeto de Mudas
RGI	Registro de Imóveis
RME	Rendimento Mínimo Estimado
SEH	Secretaria Extraordinária de Habitação

sm	Salário Mínimo
SM	Salário Médio
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
VR	Valor da Remuneração
ΣRO	Somatório dos Resultados Obtidos
ΣRME	Somatório dos Resultados Médios Esperados

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	A VISÃO DO ESTADO, EM RELAÇÃO À FAVELA: DA REMOÇÃO À VISÃO DE COOPERAÇÃO, PASSANDO PELO DIREITO	17
1.1	Breve histórico das políticas públicas, em relação às favelas	23
1.2	A favela era mesmo uma solução ou uma solução ilusionista temporária? .	25
1.3	A criação do estigma marginal	27
1.4	A Ditadura Civil-Militar e as remoções	29
1.5	A abertura política e o novo olhar jurídico sobre a favela	34
1.6	Brizola e sua política sobre a favela	37
1.7	O projeto Mutirão de Reflorestamento e a cooperação entre Estado e comunidade	42
2	A EVOLUÇÃO DO TRABALHO DOS MUTIRANTES E A INTERAÇÃO DA COMUNIDADE COM O MEIO AMBIENTE	53
3	O MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO NO VIDIGAL E SUAS RAMIFICAÇÕES NA FAVELA	76
3.1	Um breve retrato histórico do morro do Vidigal	77
3.2	O início do Mutirão de Reflorestamento no morro do Vidigal	81
3.3	A relação dos técnicos e dos mutirantes	85
3.4	O turismo nas favelas	91
	CONCLUSÃO	92
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXO A – Roteiro das entrevistas dos mutirantes	99
	ANEXO B – Roteiro da entrevista dos técnicos	100
	ANEXO C – Relação de mudas em trimestres, espécies e nome vulgar	101

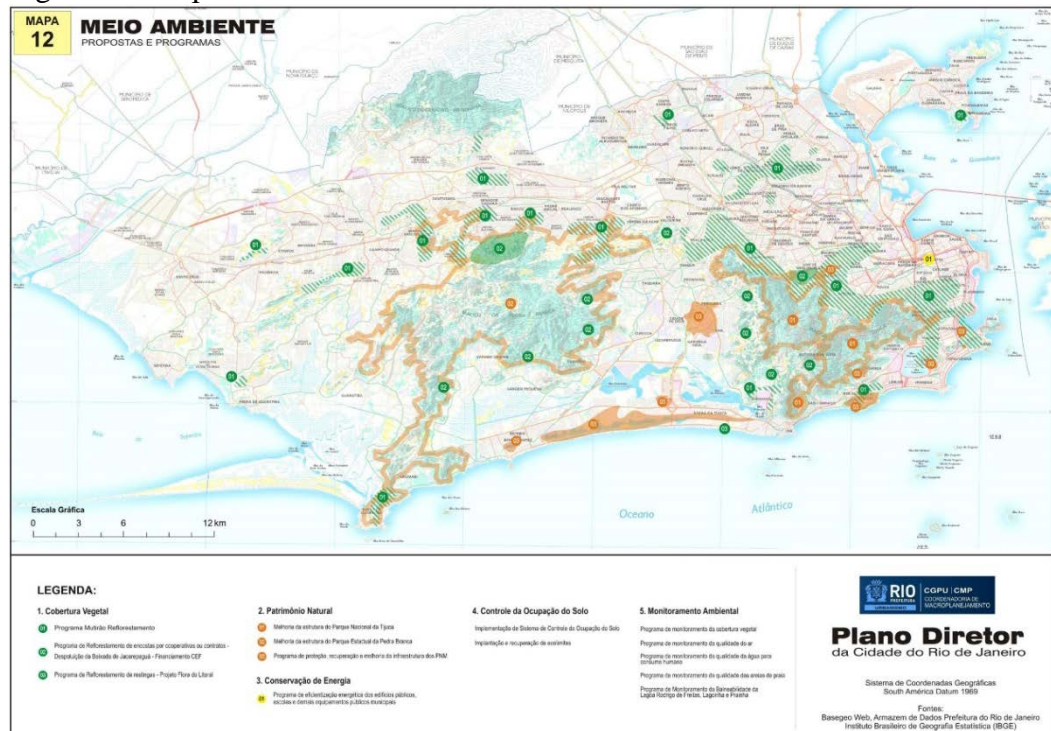
INTRODUÇÃO

O Mutirão de Reflorestamento é um programa executado pela prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer a recuperação ambiental da Mata Atlântica, nas favelas da cidade. Esse programa é considerado, pelos técnicos, como um **plano ecológico** e foi iniciado em 1986. Existe até os dias atuais, resistindo às mudanças de gestão dos prefeitos e de suas propostas e suas orientações políticas. Isso denota a sua importância, frente à prefeitura, às comunidades e aos órgãos internacionais, pois o projeto já ganhou vários prêmios, como, por exemplo, da ONU¹, em 1990, pelo *Projeto Megacidades*, integrando a publicação *Environmental Innovation for Sustainable Mega-Cities: sharing approaches that work*, por sua grande relevância no campo ambiental e de política pública com foco nas comunidades.

Ele também é relevante no campo das políticas, por promover articulação entre atores públicos (políticos, gestores e técnicos) e a população da localidade, contribuindo, de certa forma, para a busca de consensos e, ao mesmo tempo, para o controle da expansão da área de favela. Sua relevância se inscreve, por exemplo, no fato de estar presente no Plano Diretor atual, que vai até 2021. A ilustração abaixo é do Plano Diretor e mostra onde o reflorestamento foi executado, em 15 áreas de localidades populares.

¹ ONU: Organização das Nações Unidas.

Figura 1 – Mapa do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro²



Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor*.

A partir deste mapa, vemos a importância do reflorestamento para a cidade e sua expansão, que contempla várias comunidades, e entendemos que ele não foca, somente, nas encostas, mas, também, nas áreas de restinga.

Isso faz com que se perceba que esse programa é relevante, porque vai dar à cidade áreas verdes para seus moradores disfrutarem, vai recuperar o ecossistema da flora da Mata Atlântica, que hoje está tão degradado, e essa cobertura vegetal também vai ser um artifício para evitar as quedas das encostas e para conter a expansão territorial das favelas.

Contudo, para se entender a relevância desse projeto e para compreender de que modo ele conseguiu durar até os dias atuais, é preciso remontar ao início do projeto, que é ilustrado no depoimento abaixo:

“O mutirão nasce não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade.” (Depoimento do engenheiro Celso Junius F. Santos, coordenador do Projeto Mutirão de Reflorestamento)³

² CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle.php?m1=legislacao&m2=plandircid&url=http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/indexplano.php>. Acesso em: 20 de jan. de 2018.

³ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mario; NELSON, Luiz Nouvel Alessio; FARAH, Marta Ferreira Santos (Org.). *Experiências Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, 1998, p. 4.

Celso Junius, engenheiro florestal, foi coordenador do projeto do Mutirão de Reflorestamento, em 1986, feito nas favelas do Rio de Janeiro. Esse programa foi e continua a ser executado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e tem, como principal objetivo, a recuperação ambiental da Mata Atlântica carioca.

Inicialmente, os moradores desmatavam os morros para expandir a área de suas comunidades e isso foi feito porque faltavam políticas públicas que contemplassem e que respeitassem a necessidade de moradia digna, junto com a da proximidade do local de trabalho. Como algumas políticas foram muito ineficientes, resultou a essas famílias a solução de avançar nos morros e, lá, erguer suas casas. Para isso, foram obrigadas a desmatar os locais, para criarem condições de habitação.

O resultado desse desmatamento foi a exposição do solo, que se tornou, então, mais suscetível à infiltração da chuva. Isso ocasionava, algumas vezes, o deslocamento de blocos e de terras e vítimas fatais. Essa expansão passou a ser questionada pelos ambientalistas e pelas políticas e leis ambientais. Nesse sentido, a proposta do mutirão afirma que contribuiu na conscientização dos moradores, na proteção ambiental e na valorização das comunidades locais.

O projeto Mutirão nasce no âmbito do governo estadual de Leonel Brizola e do governo municipal de Saturnino Braga, no ano de 1986.

O inovador do Projeto Mutirão é o diálogo com as associações de moradores, com o recrutamento de membros da comunidade para a recuperação ambiental, o acompanhamento das áreas reflorestadas por líderes comunitários e o acesso a essas áreas por todos da comunidade. Essa inovação está inscrita no contexto político pós-Ditadura Militar e de redemocratização do país, em que as ações políticas do Partido Democrático Trabalhista (PDT), impulsionadas por Saturnino, na Prefeitura, e por Brizola, no governo do Estado, articulam-se às demandas dos movimentos sociais urbanos.

O recorte temporal vai de 1986, que é o período da criação e do início da implementação do projeto, até 2009, quando da estruturação da remuneração e da distribuição de mudas aos mutirantes. Logo, percebe-se que existe uma padronização para a entrada do projeto e tem início um novo ciclo, que é o da manutenção das áreas reflorestadas.

No intuito de tornar este trabalho mais próximo da vida real e mais sensível às relações sociais, será incluído o relato de uma vivência, feita junto aos mutirantes da comunidade Vidigal, eleita pela importância de sua localização e por sua projeção internacional.

O objetivo geral desta dissertação é o de analisar o Mutirão de Reflorestamento como uma atividade comunitária, em que as comunidades buscaram, junto ao Estado, soluções para os desastres ambientais, como, por exemplo, deslocamento de blocos e deslizamento de terra, que vão ter desdobramentos ambientais, trabalhistas e de políticas sociais.

Na esfera ambiental, o objetivo específico será o de analisar como a recuperação florestal das áreas degradadas de diferentes comunidades cariocas promoveu, também, mudanças sociais, como o sentimento de pertencimento à cidade.

Já na esfera trabalhista, busquei demonstrar como a modificação da relação de trabalho, de mutirão de atividade voluntária para a modalidade remunerada, gerou uma estratificação social entre os mutirantes, porque a diferença salarial chega a mais de 200 reais, entre os cargos.

E, por fim, no campo das políticas sociais, verificamos como as comunidades são selecionadas e como elas recebem o projeto, que representa o Estado, e a reação dos grupos civis armados, em relação à representatividade da Prefeitura (técnicos) no programa.

Utilizando a metodologia de estágio de vivência, promovi entrevistas individuais com mutirantes e com técnicos, para não haver influências de uns pelos outros, pois cada relação com o programa é particular e as relações entre mutirantes e técnicos, também.

Foram feitas entrevistas com dez mutirantes residentes do Morro do Vidigal e com quatro técnicos da Prefeitura, que, durante o recorte temporal escolhido para esta pesquisa, trabalharam nessa favela, especificamente. Os roteiros⁴ foram elaborados por mim, segundo os questionamentos levantados, ao longo da leitura das bibliografias e das fontes, às quais tive acesso. Os encontros com os entrevistados foram feitos nas áreas de trabalho dos mutirantes e, com os técnicos, no prédio da Prefeitura, por motivos de comodidades dos horários deles.

Neste trabalho, analiso o Mutirão de Reflorestamento, através de três perspectivas separadas, nos capítulos, ao longo da dissertação. O primeiro capítulo tem como objetivo analisar o contexto do Rio de Janeiro, no século XX e no início do XXI, sob a ótica das reformas urbanas, demonstrando como elas influenciaram na busca de moradia, por parte da população mais pobre da cidade.

Para tal análise, usarei, como marco inicial, a reforma de Pereira Passos, que criou uma grande crise habitacional para a população das camadas mais baixas, ensejando a criação do mito da marginalidade sobre a população favelada.

⁴ Os roteiros estão disponíveis nos Anexos A e B deste texto.

Discuti as vertentes da não remoção e da remoção, sendo esta última a vencedora, e as formas de articulação jurídicas que determinaram legalmente a estrutura favela, observando os locais das remoções. Debati, igualmente, sobre as formas diretas de resistência, bem como sobre as indiretas, que são os moradores de conjuntos habitacionais indo morar nas favelas.

Farei esta análise para chegar à abertura democrática e para poder comparar as políticas públicas, em relação à população favelada. Para isso, analisarei a política de remoção, comparando-a com as executadas por Leonel Brizola e por Saturnino Braga, nas favelas, com maior enfoque no Projeto Mutirão, que deu origem ao Mutirão de Reflorestamento.

Sobre o Mutirão, falarei da entrada deste nas comunidades, da figura do Estado em um local em que seu domínio é fragmentado e cuja soberania é disputada com o tráfico de drogas, o que fica evidente, pela forma com que os técnicos da Prefeitura são recebidos pela comunidade.

No segundo capítulo, farei uma exposição sobre a implantação e sobre os resultados do programa, dando visibilidade à primeira comunidade na qual o programa foi implantado, debatendo, ainda, sobre o aspecto da remuneração dos mutirantes e fazendo uma breve comparação entre os salários destes antes e depois da adoção do fator produtivo, que foi atrelado à composição da remuneração, no ano de 1995. Relacionarei, ainda, a adição desse fator, quando da Rio-92, que deu visibilidade ao Rio de Janeiro como cidade que equilibrava natureza e urbanidade.

Por fim, no capítulo três, realizo o histórico da comunidade e do reflorestamento do Vidigal, para comparar os reflorestamentos, tanto na visão dos técnicos quanto na visão dos mutirantes, através das entrevistas elaboradas e feitas por mim.

No capítulo, procurei entender o turismo no Vidigal e suas consequências para o reflorestamento, dentro da perspectiva de embelezamento de novas áreas da cidade, compreendendo o processo de gentrificação da comunidade, que altera as dinâmicas da composição do local, pela criação de novos pontos comerciais, por exemplo, o que acaba valorizando a região e afetando a população de baixa renda, a partir da atividade turística.

Houve algumas dificuldades para a realização do trabalho, pois o acesso à comunidade estava sempre ligado à condição de segurança, uma vez que a região tem constantes choques entre as forças policiais e alguns grupos civis armados. Este acesso foi feito junto das equipes da Prefeitura, provendo mais segurança para a pesquisadora, já que os carros desta instituição são identificados com a logomarca do Projeto.

1 A VISÃO DO ESTADO, EM RELAÇÃO À FAVELA: DA REMOÇÃO À VISÃO DE COOPERAÇÃO, PASSANDO PELO DIREITO

O Rio de Janeiro tem mais planos de urbanização do que reformas efetivas de sucesso, no que diz respeito à expansão territorial da cidade, porém a compreensão da espacialidade da cidade é essencial para analisar seu crescimento urbano, que teve como obstáculo a sua natureza peculiar.

Tendo como base a história e a configuração do espaço geográfico, podemos entender, nos estudos de Maurício de Abreu⁵, que argumenta que a ocupação do espaço passa pela perspectiva do ambiente físico e pelo desenvolvimento da cidade. No caso do Rio de Janeiro, Abreu analisa a formação e a expansão da cidade, espremida entre o mar e a montanha.

A mais famosa das reformas urbanas foi a de Pereira Passos ou, como ficou conhecida, a **Bota Abaixo**. Esta reforma abriu várias vias no centro da cidade do Rio de Janeiro e expulsou a população que ali habitava, em cortiços, para áreas mais precárias⁶.

No século XIX, o crescimento urbano, junto com a crise habitacional, tão latente, na cidade do Rio de Janeiro, faz com que as pessoas de grupos desfavorecidos comecem a procurar mecanismos, dentro do espaço urbano, para construir suas casas em áreas que fossem próximas aos seus locais de trabalho.

Segundo Igor Robaina⁷, a ausência de condições materiais para a conquista de um modelo habitacional de seus corpos e de suas relações no espaço urbano faz surgir os espaços habitacionais clandestinos, conhecidas e denominadas, popularmente, no Rio de Janeiro, como favelas.

O surgimento da primeira **favela**, já com esta denominação, ocorre ao final do século XIX, com a ocupação do Morro da Providência, em 1897, por militares sobreviventes da Guerra de Canudos. Este morro ficou conhecido como favela, porque Canudos foi construída perto de um morro, cuja principal espécie vegetal era uma planta de nome favela, e os soldados associavam o nome da planta às construções de Canudos, que eram muito simples. As construções do Morro da Providência eram semelhantes, então eles associaram as duas visões.

⁵ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

⁶ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

⁷ ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o Ordenamento Sócio-Habitacional Carioca (1947-1962)*. São Gonçalo: Ed. UERJ, 2009. p. 24.

Favela é um arbusto típico da caatinga nordestina e muito abundante no sertão de Canudos. Lá havia inclusive um morro com esse nome. Seja porque o morro da Providência se assemelhava ao morro existente em Canudos, seja porque os soldados ali encontraram (ou construíram) algo que lhes recordava Canudos, a verdade é que o morro da Providência passou a ser conhecido na cidade como morro da Favela.⁸

Essa população viu nos morros a solução para o agravamento da crise habitacional, ocasionada pela reforma de Pereira Passos ou, como ficou conhecida, a **Bota Abaixo**, então, estabelecida na cidade. Subir os morros foi a saída dos moradores, para que ficassem próximos ao centro da cidade e, portanto, aos seus locais de trabalho. Assim, começou a haver um aumento no desmatamento da Mata Atlântica, nos morros do centro, pois, para as pessoas morarem nesses locais, era preciso abrir espaço para construírem suas casas e **urbanizar** uma parte da cidade que não se incorporava ao espaço urbano formal.

Isto é, precisavam construir casas, acessos, pontos de descarga de resíduos, espaços para obtenção de água, de lazer e outros elementos da vida urbana, porém esse crescimento desordenado, junto com o desmatamento, resultou em que esses locais se tornassem propícios a deslocamentos de terra e de blocos rochosos, os quais fazem, até hoje, muitas vítimas, fatais ou não, durante a temporada de chuvas.

As tentativas de engenharia social executadas na cidade do Rio de Janeiro não se resumem a Pereira Passos. Teve, também, Carlos Sampaio, com a remoção do Morro do Castelo (1920-1922) e o Plano Agache (1926-1930), Pedro Henrique Dodsworth (1937-1945), com a remoção do Morro Santo Antonio e a abertura da Avenida Presidente Vargas. Nos anos de 1960, Carlos Lacerda iniciou um processo de desmanche das grandes favelas localizadas na zona Sul.

Durante o governo Lacerda, a política de remoção de favelas foi colocada em prática e extinguiu várias comunidades, como a da Praia do Pinto, a favela da Ilha das Dragas (Lagoa Rodrigo de Freitas) e a da Catacumba, entre outras. Marcelo Burgos, doutor em sociologia urbana, afirma que, nessa mesma época, o Estado se ocupou em controlar o local de destino da população removida: os habitantes dessas favelas foram, na sua maioria, transferidos para conjuntos habitacionais, erguidos nos subúrbios e na zona Oeste do Rio de Janeiro, como, por exemplo, o conjunto habitacional Vila Kennedy, região afastada do centro da cidade e dos locais de trabalho das comunidades⁹.

⁸ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1997. p. 45.

⁹ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

A arquiteta em planejamento urbano regional, Rose Compans¹⁰ diz, em seu artigo, que a sociedade brasileira rechaçou a continuidade da política de remoções. Em seu lugar, os temas do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas tornaram-se hegemônicos, na agenda política dos governos e das agências multilaterais. A disputa em torno do controle e da ocupação das encostas, então, incorpora o campo da política habitacional no da política ambiental. Aqui, vemos a história ambiental associada à história urbana e a grande complexidade da natureza urbana, presente nos morros cariocas.

O processo de abertura política, pelo qual o Brasil passou, na década de 1980, não atingiu somente a esfera da política internacional, mas, também, as políticas públicas instituídas nas favelas, que se tornaram mais democráticas e com parcerias entre moradores e Estado.

A cidade do Rio de Janeiro tem vivenciado a experiência de executar obras públicas com a utilização de mão de obra das comunidades carentes, desde o início da década de 1980. Um exemplo de política pública é o projeto Mutirão (1982), arquitetado por Leonel Brizola, governador do RJ, na época, que começou a pagar aos moradores das favelas pelo trabalho de melhoramentos nas comunidades. Porém, isso não acabou com as chacinas nas favelas e nem com a política de exclusão, que continuou a ser vivida, pelos moradores, em seu cotidiano.

Isto se deu, porque, apesar da consagração do princípio da não remoção de favelas, nas legislações urbanísticas elaboradas após a Constituição de 1988, mesmo aquelas mais progressistas – como é o caso do Plano Diretor do Rio de Janeiro, emitido pela Secretaria de Habitação, admite-se a possibilidade de remoção, no caso de as favelas se encontrarem em **unidades de conservação ambiental** ou em **áreas de risco**.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992, do governo de César Maia, que ficou conhecido como Programa Favela-Bairro, consolidou a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Este plano traz para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares”¹¹, promovendo serviços de urbanização para os moradores das comunidades, como a construção de escolas, de praças, de escadarias e, principalmente, o recolhimento de lixo, que foi muito solicitado pelos moradores, desde o início do projeto. O Artigo 147 desse plano define a favela como:

¹⁰ COMPANS, Rose R. B. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *In: Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, maio de 2007.

¹¹ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In: ZALUAR, A; ATILIO, M. Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais.¹²

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas tornam-se, assim, elementos cruciais para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou em margens de corpos hídricos, pois podem determinar sua permanência ou sua remoção.

Irei dividir em dois momentos, para discutir a influência da legislação ambiental, dentro da ocupação da favela. No primeiro momento, a definição das encostas como áreas a serem protegidas pela legislação ambiental gerou desinteresse, por parte do mercado imobiliário. Tanto o fator legislativo quanto o imobiliário facilitaram a ocupação dos morros cariocas pela população de baixa renda. No segundo momento, porém, há uma nova justificativa para a contenção ou, mesmo, para a remoção destes assentamentos informais. À delimitação administrativa das unidades de conservação ambiental soma-se a difusão da percepção – legitimada, pelo discurso técnico-científico – de que a favela constitui um risco para a coletividade, seja pela possibilidade de ocorrência de desastres naturais, seja pelas características próprias da ocupação, como a falta de saneamento e a elevada densidade populacional, enquanto fatores de degradação do meio ambiente urbano.

A ocupação humana constitui o fator decisivo da origem e aceleração dos processos erosivos. Deflagrados pela ocupação do solo, os processos erosivos passam a ser comandados por diversos fatores naturais relacionados às características da chuva, do relevo, do solo e da cobertura vegetal.¹³

A partir da ocupação humana desorganizada das favelas da cidade do Rio de Janeiro e das consequências para a sociedade carioca, a Prefeitura começou a dar atenção para os problemas dos desastres ambientais e criou o projeto Mutirão de Reflorestamento, iniciado em 1986¹⁴ e implementado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que propõe uma política mais democrática e baseada no diálogo, através da cooperação entre as Associações de Moradores e o Estado. Tal diálogo é a base do projeto, que leva as pessoas da

¹² BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹³ SALOMÃO, F. X. T.; IWASA, O. Y. Erosão e ocupação rural e urbana. In: BITAR, O. Y. (Org.). *Curso de geologia aplicada ao meio ambiente*. São Paulo: ABGE/IPT/DIGEO, 1995.

¹⁴ SALGADO, Sílvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mario; NELSON, Luiz Nouvel Alessio; FARAH, Marta Ferreira Santos (Org.). *20 Experiências Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, 1998. p. 1.

comunidade a terem uma voz ativa, fazendo com que essas pessoas passem a se enxergar como cidadãos.

Inicialmente, o Mutirão não era remunerado e, em fevereiro de 1987, o programa foi efetivamente iniciado, através do plantio da primeira muda, no projeto-piloto de reflorestamento do Morro São José Operário, no bairro de Jacarepaguá. Essa primeira comunidade já apresentou o primeiro desafio:

“O desafio maior do mutirão nessa primeira fase foi ele ser não remunerado porque moradores só trabalhavam nos fins de semana, quando e como queriam e os índices de mudas plantadas eram baixíssimas então o mutirão passou de voluntário para remunerado.” (Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC)

Os índices de mudas plantadas ficaram abaixo das expectativas e das necessidades, no que se refere aos resultados e à qualidade, isto é, o trabalho voluntário, apenas nos fins de semana, não rendia aquilo que se esperava. A partir desta constatação, o poder público começou a se preocupar em criar frentes de trabalho para as comunidades carentes, que eram características das áreas de intervenção. Surge, então, o mutirão remunerado. Nessa condição, é criado, em novembro de 1986, o Mutirão de Reflorestamento, como descreve Barboza (2013):

A partir de 1984, os trabalhadores envolvidos no Projeto Mutirão passam a ser remunerados e, em 1986, é criado um desdobramento do programa, voltado para a contenção de encostas, a recuperação e regularização das nascentes e mananciais, a limitação da expansão das comunidades em áreas de risco e a recomposição paisagística.¹⁵

Primeiramente, há a consciência e a organização da população das áreas de atuação do projeto. As associações de moradores de favelas têm um peso significativo na realização do conjunto de obras oferecidas aos seus residentes. A pressão das comunidades organizadas sobre o poder público mostra-se decisiva. Isso vale para todos os empreendimentos realizados nessa época, pela Prefeitura, com participação da comunidade.

A iniciativa do mutirão buscava solucionar, basicamente: a precariedade do padrão de habitabilidade das populações-alvo; a carência de ações em prol de geração de renda e de combate à pobreza; a instabilidade das encostas geradoras de áreas de risco geotécnico; e o progressivo desaparecimento de áreas florestais.

¹⁵ BARBOZA, S. C. *Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013 (p. 72-73).

As questões sociais inerentes às populações faveladas constituem o outro foco de atenção do mutirão de reflorestamento a criação das frentes de trabalho é também prioridade no sentido da geração de renda e oferta de ocupação nas áreas carentes. (...) O objetivo era a promover a extensão de serviços públicos a comunidades faveladas. A participação da comunidade, no processo de planejamento e de implementação das ações, era considerada uma das peças chaves desse projeto.¹⁶

O recrutamento da mão de obra do mutirão se dá entre as pessoas da comunidade e, depois, existe um treinamento, através de curso de manejo de terra com as espécies selecionadas para fazerem parte do mutirão. Tais pessoas são, em grande maioria, moradores da própria favela e aposentados, que veem no mutirão uma forma de complementar renda, e jovens, que estão iniciando no mercado de trabalho.

Fany Davidovich (1997)¹⁷, cientista social em urbanismo do Rio de Janeiro, faz uma crítica, com a qual concordamos, a esse caráter não empregatício que existe entre prefeitura e mutirante, dentro do projeto. Segundo ela, essa jornada de trabalho é penosa e, quase sempre, associada a atividades informais, como a de **biscate**¹⁸, resultando em um grande desgaste físico, por parte do trabalhador, sem que este usufrua de benefícios empregatícios, como FGTS e 13º salário. Porém, Silvia Salgado (1988)¹⁹ afirma que alguns desses trabalhadores vão se organizar e criar cooperativas, que irão fazer a manutenção desses locais de reflorestamento ou prestar serviço a empresas de paisagismo.

São objetos do Mutirão: recuperar áreas desmatadas de encostas, com forte declividade, sujeitas à ocorrência de escorregamento e/ou rolamento de blocos rochosos, representando riscos às comunidades; áreas próximas a comunidades carentes, organizadas em associações de moradores; áreas que compõem bacias hidrográficas, sujeitas a enchentes, assoreamentos de rios e de canais de drenagem; e áreas de risco, sujeitas à expansão das comunidades, que buscam moradias de baixo investimento.

A produção de mudas ocorre no Centro de Produção de Essências Florestais, na Fazenda Modelo, que conta com sala para beneficiamento, laboratório e câmara para armazenamento de sementes.

Um dos objetivos dos programas de reflorestamento: conter deslizamento, recuperar matas degradadas, regularizar a vazão dos rios e nascente, controlar a erosão e descarga de sedimentos que são levadas para a área de drenagem (...) A escolha das

¹⁶ RODRIGUES, P. H. A. *Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988.

¹⁷ DAVIDOVICH, Fany. Programa Favela-Bairro e as tendências de reestruturação da metrópole – o caso do Rio de Janeiro. In: *Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR*, Recife, 1997.

¹⁸ Biscate é a pessoa que trabalha em bicos.

¹⁹ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mario; NELSON, Luiz Nouvel Alessio; FARAH, Marta Ferreira Santos (Org.). *Experiências Gestão Pública e Cidadania*. São Paulo, 1998.

áreas a serem beneficiadas com a recomposição vegetal segue este critério: estabilidade e presença de blocos, tipos de solo, declividade, áreas de bacias hidrográficas, áreas contribuintes para inundações, preservação de mananciais (...).²⁰

Segundo Valdeir Telles (1994), engenheiro florestal, nem todas as áreas de favela podem receber o Mutirão, porque, para o projeto ser bem-sucedido, essas áreas devem se encaixar nos padrões estabelecidos pela Prefeitura. Dessa maneira, percebemos uma pré-seleção, devido às condições topográficas e hídricas de cada favela.

Nota-se que o Mutirão de Reflorestamento tem uma relevância significativa na relação entre Estado e favela, que, antes, era violenta e sem diálogo. Através desse programa da Prefeitura, pode-se perceber uma nova relação, de interação, entre as Associações de Moradores e o Estado. Essa interação visa à diminuição do impacto ambiental e a prevenir os deslizamentos de terra, os deslocamentos de rochas, as enchentes e os assoreamentos dos rios. Tais são, por outro lado, problemas ambientais que representam dificuldades constantes na vida dos moradores dessas comunidades.

O Mutirão de Reflorestamento entrou nas comunidades com o objetivo de diminuir o risco dessas áreas, transformando-as em áreas de proteção ambiental e praticando o reflorestamento com plantas típicas da Mata Atlântica e com plantas mais resistentes às condições ambientais que cada comunidade apresenta, singularmente.

Pesquisar este projeto significa entender um aspecto importante da mudança no diálogo entre as comunidades e o Estado e perceber que a relação entre o urbano e o meio ambiente afeta a todos os habitantes da cidade, independentemente de onde moram, da condição social ou do nível econômico.

1.1 Breve histórico das políticas públicas, em relação às favelas

Contento outrossim que várias ruas se projectão no mencionado morro de Santo Antônio, e nellas edificações de prédios que sem dúvida argumentarão excepcionalmente o custo do útil senão necessário desmoronamento; tornando-se a edificação da cidade por esta forma não só mais defeituosa, como ameaçadora a sua população com construções pouco sólidas, pondo risco, por ocasião das grandes

²⁰ TELLES, V. Pobreza e cidadania: precariedade e condição de vida. In: MARTINS, H.; Ramalho, J. R. (Org.) *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

chuvas, a segurança dos habitantes de taes prédios, e causando grave inconveniente aos que habitam nos terrenos contíguos.²¹

O fragmento acima, datado de 1845, citado por Rafael Gonçalves (2013), expõe os desmoronamentos de barracos do Morro Santo Antônio e os transtornos que estes causaram à cidade. Já em 1845, os problemas ambientais assolavam a cidade e seus moradores e, nesse fragmento, vemos a importância da geografia do Rio de Janeiro para entendermos estes problemas, que envolvem conjunturas sociais. Como fala Maurício de Abreu (1987)²², a cidade precisou se moldar à geografia, pois nasceu espremida entre o mar e a montanha.

Por ter essa espacialidade urbano-ambiental peculiar, a cidade passou por várias reformas urbanísticas, ao longo de sua história, e muitas delas tinham foco nas zonas centrais da cidade, atingindo a população mais pobre que vivia nessas regiões.

Maria Galvão (1993), doutora em Geografia urbana do Rio de Janeiro, aprofunda a tese de Maurício de Abreu, quando fala que “a cidade se apresenta em um rico painel da convivência e da interação entre o ambiente natural e o ambiente construído, em função das suas características fisiográficas, edáficas, climáticas, da sua flora e fauna”²³. Comprimida entre o mar e as montanhas, ladeado por praias, restingas, baixadas parcialmente pantanosas e florestas, a cidade do Rio de Janeiro tem seu crescimento forjado na luta pelo espaço e na superação das distâncias geradas por esse crescimento, frente às condições espaciais do seu meio físico.

Em virtude disso, conseguimos ver que os ambientes artificiais predominam sobre os ambientes naturais, no decorrer da história, resultando, com frequência, no desequilíbrio do ecossistema urbano da cidade. A cidade se desenvolveu em ritmo acelerado, dentro de um modelo caracterizado pelo uso e pela ocupação irracional do solo.

Tal ocupação causou vários problemas, ao longo da história, porém, para se entender os problemas ambientais que amedrontam os moradores das classes mais baixas, que residem nas comunidades do Rio de Janeiro, é preciso entender as políticas de urbanização formuladas para essas áreas, porque elas vão mostrar como o Estado lidava com essa população e, também, a transformação das políticas públicas, em relação às favelas.

²¹ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/ PUC-Rio, 2013. p. 46.

²² ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

²³ GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. In: ABREU, M. de A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 13-26.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade passou por várias transformações urbanísticas, como a reforma de Pereira Passos, de 1902 a 1906, reforma que abriu várias vias no centro da cidade do Rio de Janeiro e expulsou a população para áreas menos nobres²⁴.

Essa população subiu os morros, com habitações construídas com as próprias mãos, possibilitando a que ficassem próximas ao centro da cidade e, portanto, de seus locais de trabalho.

Lílian Vaz (2002)²⁵ vai aprofundar, dizendo que o surgimento das favelas é consequência direta da política higienista contra os cortiços. Segundo a autora, as primeiras ocupações nos morros são “formas embrionárias de favelas”, já que estas tinham uma grande semelhança com os cortiços.

Para Rafael Gonçalves (2013)²⁶, a reforma de Pereira Passos colocou em prática, de forma integral, as ideias higienistas. Estas ideias melhoraram substancialmente as condições sanitárias da cidade e procuraram consolidar a seguinte divisão espacial: o centro para os negócios, os bairros próximos ao centro, especialmente, aqueles situados na orla marítima, na zona Sul, para as classes médias e altas, e, finalmente, os subúrbios para as classes populares. Todavia, vemos o reflexo dessa política urbanística, também, na política de remoção, que será executada anos depois.

1.2 A favela era, mesmo, uma solução ou uma solução ilusionista temporária?

A favela nem sempre foi vista como um problema social ou urbanístico, por parte do poder público, pois ela permitia que uma parte da mão de obra barata residisse próxima aos seus locais de trabalho, visto que o mercado imobiliário considerava essas áreas desvalorizadas.

Através desse **consentimento**, o processo de expansão das favelas teve um grande salto, na região da zona Sul, com as ondas migratórias de nordestinos, que buscavam trabalho no Sudeste do País, durante o período da 2ª Guerra Mundial e que acabavam indo residir nas

²⁴ ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

²⁵ VAZ, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002. v. 1, p. 38.

²⁶ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*, Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013. p. 53.

favelas. Por serem locais mais baratos, morar nos morros da cidade representava uma forma dessa população mais pobre se manter próxima do trabalho, sem grandes custos.

Contudo, a política de tolerância em relação às favelas não reconhecia o espaço da favela como um ambiente de moradia formal. A questão maior para o Estado era administrar os crescentes problemas sociais causados pelas favelas, embora ainda perdurasse a visão de que a favela tinha característica de moradia temporária.

Vendo as comunidades²⁷ como uma solução temporária e emergencial para seus moradores, o Estado, num primeiro momento, não vai querer pôr um ponto final nas construções, pois acreditava que o processo de favelização iria acabar por si mesmo.

Todavia, essa política era ambígua, porque, ao mesmo tempo em que se tolerava a favela, também houve, segundo Maurício de Abreu (1997)²⁸, duas remoções parciais na favela de Santo Antônio, na primeira década do século XX. Esses conflitos provocaram debates sobre a forma como o Estado geria a questão habitacional e, enquanto isso, as favelas se expandiam e os conflitos só aumentavam.

Tais remoções só foram possíveis, graças ao Plano Diretor do Rio de Janeiro, de 1922, que admitia a possibilidade de remoção, no caso de se encontrarem em **unidades de conservação ambiental** ou em **áreas de risco**. Este plano diretor foi modelar para tornar juridicamente legais as remoções de favelas, décadas mais tarde.

E havia, ainda, a crítica ambiental sobre a favela, que acabava por atenuar ainda mais as discussões a respeito da remoção ou da não remoção. No fragmento abaixo, há uma amostra dessa crítica ambiental:

O mal é de todos conhecido: as antigas e espessas mattas dos arredores da cidade, que lhe vestiam os morros, actualmente despedos da menor sombra de árvores, a floresta húmida e possante, de onde provinham os veios d'água e as excellentes grotas de Cosme Velho, Sylvestre e Tijuca, toda a zona salubérrima da Gávea desapareceram, ficando da nossa grandeza florestal o esqueleto desnudado das montanhas que reverberam o sol das seis horas da manhã às seis da tarde. O pouco que ainda resta vai-se embora com a instalação contínua das favellas.²⁹

A partir desse fragmento, vemos que o discurso ambiental tem muita força e que acaba sendo colocado como uma das questões que levaram, anos mais tarde, principalmente, durante a Ditadura Civil-Militar, os governos a fazerem as remoções. Como podemos ver, também, os

²⁷ Comunidade, neste trabalho, é sinônimo de favela.

²⁸ ABREU, Maurício de Almeida. Reconstituindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Org.). *Escritos sobre espaço e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 40.

²⁹ CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL. *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, p. 165.

focos desse discurso são os bairros do Cosme Velho, Sylvestre e Tijuca, que ficam localizados nas regiões mais valorizadas do Rio de Janeiro.

Através desse fragmento, percebemos, também, que o foco do poder público era a remoção das comunidades próximas às áreas centrais da cidade e, não, uma remoção de todas as favelas, com integração de seus moradores aos conjuntos habitacionais, desrespeitando as relações sociais estabelecidas entre moradores e territórios/áreas nos quais vivem.

Logo, percebemos que a ideia da favela, enquanto solução para a crise habitacional do Rio de Janeiro, foi momentânea e ilusória, pois, nos bastidores, havia movimentos jurídicos implícitos, como o do Plano Diretor de 1922, e outros explícitos, como as remoções parciais da favela do Santo Antonio, que deixam claro o que viria, nos próximos anos.

Contudo, para fazer a remoção, o Estado precisava do apoio da população, então, acabou forjando o mito da marginalidade, atrelando-o aos moradores das comunidades, para, dessa forma, obter apoio da população e criar um estigma sobre a população que residia nas favelas.

1.3 A criação do estigma marginal

O evidente déficit habitacional, produto da migração interna, cujo ritmo se acelerava rapidamente, era considerado a causa principal dos assentamentos marginais. A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção das favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas de baixo custo³⁰.

Nesse fragmento, vemos que a marginalidade era associada à estrutura da favela e que o mito da marginalidade foi uma das ferramentas principais para se legitimar as remoções das favelas, porque os morros eram vistos como um local em que a marginalidade se perpetuava. Mas, em 1950³¹, o termo marginalidade começou a ser aplicado, não somente, às características estruturais das favelas, mas, aos seus moradores.

Contudo, essa visão do favelado marginal ainda não se dissociava da estrutura da favela, então, segundo Janice Perlman (1977)³², os órgãos habitacionais, sob a vertente da

³⁰ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977p. 136.

³¹ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977 p. 138.

³² PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977 p. 138.

escola etnográfica, acreditavam que, se o favelado fosse morar em um local estruturado, sob a ordem urbana formal, então ele iria deixar de ser marginalizado.

Entretanto, logo isso muda, quando o mito da marginalidade, segundo Merton (1957)³³, é pautado pela alta incidência de traços marginais, que existem, somente, em indivíduos com características físicas negras e indígenas, que são identificados pelos grupos dominantes da classe média. Tal conceituação veio ao encontro dos interesses do mercado imobiliário, que visava os terrenos das favelas localizados nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas, um dos cartões postais da cidade, os quais estavam se valorizando exponencialmente.

Na invenção desse **mito**, lembramos de Hobsbawn (2002)³⁴, quando ele fala sobre tradição e faz uma diferenciação entre tradição inventada, que seria a política, e tradição genuína, baseada na identidade de grupo. Na criação do mito da marginalidade, essas diferentes definições de tradição vão se entrelaçar.

Para este mito ser criado, ele precisou ser pautado na política, usando das influências da classe média desse período, que seria a tradição inventada, junto com a identidade de grupo, tradição genuína, que foi vista, primeiramente, como o local em que esse grupo habitava.

Assim sendo, podemos verificar que os projetos que eram a favor dos programas de remoção foram apoiados pela classe média, que vai usar a cor da pele como fator determinante para transformar o morador da favela em pessoa marginalizada. Tal fator deve ter sido escolhido, pois é um dos poucos que diferencia essas pessoas nos locais públicos da cidade aos quais todos têm livre acesso.

Então, a tradição inventada adicionou mais uma característica da tradição genuína, que era a cor da pele de grupos renegados e marginalizados³⁵ da sociedade e a imputou aos moradores dessas comunidades, com o objetivo de diferenciar essas pessoas e, até mesmo, de demonstrar que esses grupos não podem fazer parte da sociedade da zona Sul.

Logo, percebemos que o poder público vai usar da máquina estatal para fazer essa distinção entre as pessoas que poderiam morar na zona Sul da cidade e aquelas que não eram

³³ MERTON, Robert. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1957. p. 266.

³⁴ HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica, 2002. p. 7-20.

³⁵ Este uso de “marginalizado” se refere ao indivíduo que vive à margem da sociedade, não tendo a ver com o mito da marginalidade.

bem-vindas. Lembrando que essa diferenciação entre pessoas e áreas de habitação na cidade veio durante a reforma de Pereira Passos, como já salientou Rafael Gonçalves (2013)³⁶.

1.4 A Ditadura Civil-Militar e as remoções

Com a instauração da Ditadura Civil-Militar, em abril de 1964, a intenção de eliminar em definitivo as favelas da paisagem urbana ganhou ímpeto nunca visto. O **problema-favela** clamava, segundo autoridades e setores da sociedade, por uma solução urgente. De modo que é cobrada uma ação do Estado, em relação às favelas, em editorial do Jornal do Brasil, por ocasião das chuvas de 1966:

No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto às favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida³⁷.

Pelo fragmento acima, podemos perceber que a remoção das favelas é a manifestação direta e concreta da ideologia do mito da marginalidade, para diminuir os poderes de barganha e de voto, que tinham os favelados, objetivando, também, o embelezamento de parte da cidade.

Porém, o Estado também queria o domínio do território, que é algo de extrema importância, lembrando que, segundo o autor Rogério Haesbaert (2004)³⁸, a dominação do território não é somente pelo lado do poder político, mas diz respeito ao poder mais concreto, que é o poder de apropriação do território.

Deste modo, quando o território dos morros, nos quais se localizavam as favelas que foram removidas, eram áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário, o poder público deixou essas pessoas carentes se apropriarem de tal território, contudo, quando essas áreas passam a ser valorizadas, numa lógica de acumulação capitalista, a Prefeitura quis a dominação desses locais, que foi executada pela máquina do Estado, através do poder público,

³⁶ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/ PUC-Rio, 2013. p. 53.

³⁷ BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. *In: O Social em Questão*, Ano XVI, nº 29, 2013.

³⁸ HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

pois a remoção estava prevista em lei, sufocando, assim, a possibilidade de reapropriação desses espaços, novamente, por parte da população carente.

Contudo, o poder de voto dos moradores da favela ainda pesava muito nas eleições, tanto que Carlos Lacerda não conseguiu se reeleger em 1965 e o candidato vitorioso foi Negrão de Lima, em cujo discurso não daria continuidade às remoções, porém, durante seu mandato, houve o desmanche das grandes favelas da zona Sul.

Os recursos emprestados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)³⁹ deviam ser pagos posteriormente, em prestações mensais, pelos compradores das moradias da COHAB (Companhia de Habitação Popular). Para famílias com renda de três a seis salários mínimos ou mais, a função da COHAB era substituída por cooperativas ou por companhias de crédito imobiliário.

Em 1967⁴⁰, o BNH ganhou força, porque passou a contar com recursos do FGTS⁴¹, que ampliou seu capital, proporcionando uma intensificação das remoções. Porém, com a promulgação do AI-5⁴² (em 13 de dezembro de 1968), houve o fechamento total dos canais de expressão e de organização da sociedade civil, com as organizações comunitárias de favelas entre elas. Assim, o poder de barganha das associações de moradores acabou e o do voto, também, e o fantasma da remoção voltou a assustar os moradores das favelas.

O AI-5 possibilitou a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), uma autarquia cujo objetivo era o de assegurar a política de remoção, sob o controle do governo federal.

Segundo Janice Perlman (1977)⁴³, a política de remoção foi possível, pois houve uma junção de recursos do BNH e da COHAB, que deu início a várias construções na cidade do Rio de Janeiro, permitindo à CHISAM começar a remover favelas maciçamente. Os números abaixo mostram, numericamente, o objetivo dessa instituição: “O principal objetivo da CHISAM era remover 100 famílias por dia. A CHISAM fez uma programação que até 1973 acabaria com 62 favelas e transferiria 35.157 famílias (175.785 pessoas) para os conjuntos habitacionais”⁴⁴.

³⁹ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

⁴⁰ BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. *In: O Social em Questão*, Ano XVI, nº 29, 2013. p. 181.

⁴¹ Fundo de garantia trabalhista.

⁴² BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. *In: O Social em Questão*, Ano XVI, nº 29, 2013. p. 181.

⁴³ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

⁴⁴ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

Esses números nos fazem pensar no alto investimento para a retirada desses moradores das áreas valorizadas, para a classe média e para o mercado imobiliário se apropriarem desses locais e, conseqüentemente, ocorrer o embelezamento da zona Sul da cidade, como havia sido executado no centro, com a derrubada dos cortiços.

Dessa maneira, podemos perceber que, se não houvesse a junção desses financiamentos, a política de remoção não seria possível, já que os favelados iriam ser removidos e, depois, pagariam as prestações pelas residências.

Porém, havia algumas diferenciações, dentro dos conjuntos habitacionais da CHISAM, pois eles eram distribuídos, de acordo com os níveis de renda familiar dos favelados e as famílias eram enviadas para apartamentos em prédios de cinco andares sem elevadores, para casas individuais, ou – no caso dos mais pobres – para alojamentos provisórios, chamados triagem⁴⁵, sendo alguns desses locais os mais distantes do centro da cidade, como Santa Cruz e Paciência. Essa distribuição vai fazer com que exista um acentuamento na desigualdade, tanto social quanto de acesso aos serviços públicos.

Segundo Janice Perlman (1977)⁴⁶, os moradores das favelas acabaram sendo atingidos, através dessa distribuição nos conjuntos habitacionais, de forma econômica, familiar e cultural ou escolar.

De forma econômica, porque esses moradores não tinham como arcar com os valores dos transportes dos conjuntos até o centro da cidade e porque as mulheres, que eram empregadas domésticas na zona sul, tiveram que largar seus empregos para cuidar dos filhos, já que os processos de remoção e de locação nos conjuntos não respeitaram regras de vínculo familiares ou de vizinhança, relações estas que ajudavam essas mulheres a trabalhar, pois podiam deixar seus filhos na comunidade, com alguém de confiança. Isso ocasionou uma redução significativa na renda dessas famílias.

A alteração da perspectiva familiar foi causada pela econômica, pois os homens não podiam voltar para casa todos os dias, então passavam a semana inteira trabalhando e só voltavam no final de semana. Depois de algum tempo, na maioria dos casos, eles não voltavam e criavam novas famílias nas favelas próximas ao centro, resultando, assim, na diluição dos laços familiares.

Do ponto de vista escolar, muitas das mães achavam que o ensino nas escolas do subúrbio, onde se localizavam os conjuntos habitacionais, era muito fraco, em relação ao das

⁴⁵ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 242.

⁴⁶ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

escolas da zona Sul, nas quais seus filhos conseguiram estudar, através dos endereços das patroas. Com isso, os filhos dessas empregadas tinham acesso a escolas com ensino de qualidade, já que nas favelas não havia escola.

Logo, percebemos que a política de remoção não atingiu apenas a relação dos moradores com o local que viviam, mas seu modo de vida e de barganha, que possibilitava ter um melhor estilo de vida, através dos bicos, dos empregos das mulheres e, até mesmo, uma escola de melhor qualidade, para que seus filhos pudessem ter uma vida melhor.

Entretanto, a política de remoção fazia várias propagandas e levava alguns moradores para visitarem os conjuntos habitacionais e eles acabavam divulgando que o espaço desses locais era muito bom, o que fez com que alguns moradores achassem tal política interessante. Mas, como vimos, anteriormente, a realidade foi bem diferente das propagandas, porque elas divulgavam a retirada de poucas famílias por vez, só que, na hora da execução, as famílias eram removidas em caminhões, amontoadas e levadas para conjuntos habitacionais sem estrutura, como, por exemplo, o da Vila Kennedy, na zona Oeste da cidade, bem afastada do centro.

Nem todos os moradores das favelas concordavam e muitos resistiam às políticas de remoção. Para Janice Perlman (1977)⁴⁷, um exemplo disso são os moradores da Praia do Pinto, que abrigava cerca de 7 mil pessoas, os quais se recusaram a sair da favela ou a serem transferidos.

Durante aquela noite, um incêndio “acidental” alastrou-se pela favela: apesar de muitos moradores e vizinhos alarmados terem chamado os bombeiros, esses evidentemente cumprindo ordens, não apareceram. Pela manhã, quase tudo tinha sido arrasado. “Muitas famílias não conseguiram salvar nem seus parques haveres, e os líderes da “resistência passiva” desapareceram completamente, deixando suas famílias em desespero⁴⁸.”

No fragmento acima, vemos como o grupo de resistência da favela da Praia do Pinto foi tratado e os artifícios usados para se executar a remoção desses moradores. Isso faz com que percebamos que a remoção das favelas não era uma opção e, sim, algo imposto e determinado pelo Estado.

Essa resistência nos faz recordar do texto de Michael Pollack (1992)⁴⁹, que traz à tona o confronto da memória das instituições civis, quando em disputa com o Estado, porque as

⁴⁷ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 247.

⁴⁸ PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977. p. 247.

⁴⁹ POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

resistências da favela Praia do Pinto lutaram, através do discurso de que sempre viveram ali e que se identificavam com o local, enquanto o Estado era munido do **mito da marginalidade** e do poder legitimado pela força, que aparece, quando os líderes da resistência desaparecem ou através da ocultação de socorro.

Logo depois dessa remoção, imposta pela força, foram construídos, no local dessa favela, edifícios de apartamentos financiados para militares. Desse modo, podemos aferir a força do regime ditatorial no processo de remoção e nos seus laços com o mercado imobiliário.

Segundo Alejandro Portes (1978)⁵⁰, muitos favelados não tinham condições de assumir os financiamentos e, assim, se viram forçados a deixar seus apartamentos e a voltar a morar em outras favelas. Portanto, os conjuntos habitacionais viraram só mais um passo para a proliferação de favelas nas zonas Oeste e Norte, que eram áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário.

Segundo Lícia Valladares (1978)⁵¹, entre os anos 1968 e 1974, houve um aumento de 65,1% no número de remoções, em comparação com as que foram realizadas entre 1962 e 1974; no entanto, entre 1970 e 1974, houve um aumento de 74% no número de favelas e de 36% no número da população favelada. Logo, a política de remoção não parou com o processo de favelização e, ainda, conseguiu enfraquecer a legitimidade política do Estado e mostrou que essa política acabou se tornando um desastre financeiro.

Rafael Gonçalves (2013)⁵² salienta que o relatório da CHISAM expressava o desejo de eliminar todas as favelas da zona Sul, com exceção da Rocinha, porque o Estado viu, na Barra da Tijuca, uma reserva fundiária e um potencial imobiliário, já que este local da cidade estava livre de favelas.

Portanto, vemos que a política de remoção afetou, não só, a vida dos ex moradores de favelas, mas, também, ajudou no processo de favelização das zonas Norte e Oeste, o que teve como resultado um problema financeiro, em virtude da impossibilidade do pagamento dos apartamentos e das casas dos conjuntos habitacionais, por parte da população removida.

⁵⁰ PORTES, Alejandro. Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado, 1972-1976. In: *Estudos CEBRAP*, n. 22, 1978.

⁵¹ VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

⁵² GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013. p. 249.

1.5 A abertura política e o novo olhar jurídico sobre a favela

O processo de abertura política, pelo qual o Brasil passou, nas décadas de 1970 e 1980, não atingiu, somente, a esfera da política internacional, mas, também, as políticas relacionadas às favelas, as quais se tornaram mais democráticas, celebrando parcerias entre moradores e Estado.

Segundo Rafael Gonçalves (2013)⁵³, nos anos de 1970, a política urbana não visava mais erradicar as favelas, e, sim, urbanizá-las e legalizá-las. Nesse discurso, vemos que a visão sobre a favela, como um lugar que deve ser exterminado da paisagem urbana, que é baseado nas políticas de remoção do período ditatorial, e sobre os pontos turísticos se modifica. Tal discurso também norteou as bases jurídicas da Constituição de 1988, ou Constituição Cidadã, como ficou conhecida.

Contudo, a nova Constituição não fez qualquer menção específica às favelas, determinando, apenas, que a União, os Estados, o Distrito Federal e o Municípios seriam, dali por diante, responsáveis, simultaneamente, pelas políticas de produção de moradias, de melhoria do parque imobiliário existente e do saneamento (Artigo 23, IX). Já no Artigo 22, X, diz-se que as políticas públicas devem combater as causas da pobreza e os fatores de exclusão, promovendo uma maior integração social dos setores mais desfavorecidos da sociedade.

Deste modo, vemos que a Constituição Federal de 1988 aborda a necessidade da execução de uma integração social, através das políticas públicas, o que acabou deslegitimando as políticas de remoção, não só, na esfera da cidade do Rio de Janeiro ou do Estado, mas em âmbito nacional. Podemos perceber que a deslegitimação das políticas de remoção foi ocasionada pelo repúdio a tudo o que fazia referência ao período ditatorial, no entanto esse repúdio vai ser amenizado, com o passar dos anos.

A Constituição Federal, ao colocar que as políticas de produção de moradia são de responsabilidade simultânea de todas as esferas de poder, acabou determinando que os Municípios e os Estados, que são os primeiros atingidos pela construção de moradias irregulares, vão ter que determinar um modo de integração dessas moradias à configuração do espaço dito formal do mercado imobiliário.

⁵³ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013. p. 291.

A integração entre moradias formais e informais vai além, pois ela promove uma melhoria da qualidade de vida, em relação à organização do espaço urbano. Então, tal integração pode ser vista em Henri Lefebvre (1991)⁵⁴, que observa que o **direito à cidade** é manifestado pelo direito do cidadão que não está excluído da centralidade do espaço urbano ou que não tenha seu direito limitado dentro da cidade.

Para isso, observa-se que, na Constituição Estadual do Rio de Janeiro, o Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro (1986), elaborado na administração do governador Moreira Franco (1987-1991), já consolidava a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade. Esse Plano Diretor vai abrir a possibilidade de se pleitear o usucapião de toda a superfície da favela e o domínio do solo seria dado aos moradores de forma coletiva, no qual a divisão seria por igual, independentemente do tamanho do terreno ocupado pelo morador em questão.

Portanto, esse Plano Diretor assegurou o direito à moradia e determinou que o governo e o município tivessem que promover a urbanização e a regularização fundiária. Através dessa determinação, houve interdição legal de qualquer política de remoção de favelas.

A arquiteta Rose Compans⁵⁵, doutora em planejamento urbano do IPPUR-UFRJ, no entanto, diz que a sociedade brasileira rechaçou a continuidade da política de remoções do período da Ditadura Civil-Militar e, devido a essa pressão social, houve a mudança na lei. Em seu lugar, o tema do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas tornou-se hegemônico, na agenda política dos governos e das agências multilaterais. A disputa em torno do controle e da ocupação das encostas incorpora o campo da política habitacional ao da política ambiental. Aqui, vemos a história ambiental associada à história urbana e à complexidade da natureza urbana, presente nos morros cariocas.

Porém, Rafael Gonçalves (2013)⁵⁶ diz que o Plano Diretor de 1992, no seu Artigo 44, parágrafo 1º, possibilita remoções, se as construções estivessem situadas: 1) em locais que representem risco para a população; 2) na vizinhança de áreas de proteção de águas de superfícies (lagoas, rios, baía ou mar); 3) perto de fontes de água potável ou de torres de alta tensão; 4) às margens de estradas (federais, regionais ou municipais); 5) em parques naturais ou em áreas de proteção; 6) sob viadutos, pontes ou passarelas e nas suas proximidades, por

⁵⁴ LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

⁵⁵ COMPANS, Rose R. B. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, maio de 2007.

⁵⁶ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013. p. 300.

motivo de segurança ou de instalação de infraestruturas urbanas; e, finalmente, 7) em áreas insalubres.

Assim, pode-se verificar que a remoção continua sendo um risco eminente e legal para as favelas, mesmo no período democrático, regido pela Constituição Federal de 1988, que prevê que todo o cidadão tem direito à moradia. Essa política de remoção continua, pois houve um apagamento da memória dos moradores das favelas que foram removidas e, segundo Beatriz Sarlo (2007)⁵⁷, o testemunho é um artifício de justiça e por isso, esses moradores vivem reivindicando a memória da favela e da remoção, porque é através dela que vão se fazer ouvir e que será maior a possibilidade de terem suas reivindicações atendidas.

A memória que eles continuam reivindicando se materializa na **guerra de memória**, que é uma disputa entre os moradores que reivindicavam suas memórias de remoção e o Estado, que quer seu silenciamento e esquecimento, o que proporciona a possibilidade de a política de remoção ser colocada em prática no período democrático.

Beatriz Vieira (2014)⁵⁸ vai justificar essa atitude, dizendo que, nas práticas do liberalismo, não há espaço para a concepção e para a possibilidade de as democracias serem plurais. Do ponto de vista teórico, pode-se pensar que as práticas democráticas e os sentidos de liberdade sejam construções processuais, que dependem de diversas determinações sócio-históricas e, do ponto de vista historiográfico, vale observar o modo como tais conceitos foram relidos, refeitos e readequados, durante o processo de formação nacional brasileira, em suas diversas fases espaço-temporais e respectivas culturas políticas.

Com essa afirmação, podemos verificar que, mesmo que a Constituição de 1988 seja chamada de Constituição Cidadã, ela foi pautada pela visão liberal, isto é, ainda que a nova legislação tenha determinado a feição de obras de infraestrutura (asfalto, rede de esgoto e água) na favela, ela não previu uma integração dos moradores à cidade e aos recursos da cidadania.

Já o Plano Diretor de 1992 trouxe para as favelas uma nova identidade, “a de bairros populares⁵⁹”, além de vila urbanizadora. O Artigo 147 deste plano define a favela como:

Área aproximadamente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços

⁵⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia da Letras / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

⁵⁸ VIEIRA, Beatriz Moraes. Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. In: *Revista Maracanã*. 11 ed., dezembro 2014. p. 72.

⁵⁹ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

públicos, vias estreitas e de alinhamentos irregulares, lote de forma e tamanho irregular e construção não licenciada, em desconformidade com os padrões legais⁶⁰.

A definição e a delimitação dos perímetros destas áreas tornam-se, assim, um elemento crucial para o destino das comunidades de favelas localizadas em encostas ou em margens de corpos hídricos, porque essa definição pode determinar a permanência ou a remoção da favela, já que esta se encontra fora dos padrões legais de construção e de urbanismo.

O Artigo 152 do Plano Diretor de 1992⁶¹ deu as diretrizes das políticas de urbanização e de regularização fundiária, que são: 1) a integração da favela ao bairro; 2) a preservação da tipicidade da ocupação local do solo; e 3) a previsão da implantação progressiva e gradual das obras de infraestrutura, visando manter a complementaridade entre essas obras e os procedimentos de regularização fundiária.

Esse Artigo 152, na sua 3ª diretriz, deu a base para os programas de infraestrutura nas comunidades. Um exemplo disso é o Projeto Favela-Bairro (1992)⁶², que será esmiuçado mais a frente.

Esta busca por uma **aparência de bairro** resulta dos dilemas da ocupação informal, em que a sociedade e a natureza urbana se aliam para evidenciar a precariedade das moradias, uma vez que os moradores precisam conviver com casas apinhadas, em um ambiente biológico com mosquitos, com falta d'água, com lixo e esgoto dispensados de modo inapropriado e com gases contaminantes no ar.

1.6 Brizola e Saturnino e suas políticas para as favelas

Na esfera estadual, Leonel Brizola assume o governo do Rio de Janeiro, em 1983, trazendo uma mudança comportamental, na Administração Pública, que se baseou em medidas, como o fim das operações policiais, a regularização fundiária e a instalação de serviços públicos nas favelas.

⁶⁰ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 48.

⁶¹ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013, p. 301.

⁶² PAULO, P. P. *Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica"*. Niterói: Ed. UFF, 2013.

Na área da segurança, o governador desenvolveu uma agenda social, que priorizava as favelas, discutindo como tratar a favela e os seus moradores, baseada nas referências dos direitos humanos, o que incluía os órgãos das forças de segurança pública, como, por exemplo, as Polícias Militar e Civil. Isso foi um grande avanço, do ponto de vista das políticas públicas, pois, nos anos anteriores, as comunidades eram vistas como locais de marginais, o que resultou nos argumentos para as remoções ocorridas nos anos da Ditadura Militar.

Na parte do acesso aos serviços públicos, Brizola criou o Programa da Favela da CEDAE, entre os anos de 1982 e 1985, cujo objetivo era levar o sistema de água, de esgoto e, também, o de iluminação pública para as comunidades, porque, segundo Burgos (1998)⁶³, das 364 favelas cadastradas no programa de iluminação, somente 47 tinham acesso ao serviço.

Quanto ao aspecto da viabilização para o recolhimento do lixo, tal foi muito solicitado pelos moradores, no início do projeto, a COMLURB precisou comprar equipamentos que conseguissem subir nos morros e que passassem pelas vielas estreitas. Na esfera do lazer, a Lei Municipal nº 330/1982 autorizou a construção de praças nas comunidades e, no âmbito da distribuição de energia elétrica, a Lei Municipal nº 380/1982 autorizou que a Light (concessionária de energia da cidade do Rio de Janeiro) instalasse iluminação pública nas vias de acesso à comunidade e em seus espaços comuns, através de um acordo com o município.

Desse modo, a favela conseguiria usufruir dos mesmos direitos de qualquer outro bairro do Rio de Janeiro, visto que seus moradores também eram cidadãos, razão pela qual o local que moravam também deveria ter os mesmos serviços públicos e tratamento.

Por fim, na esfera da regularização fundiária Brizola fez o Projeto **Cada Família um Lote (CFL)**⁶⁴, que consistia na promessa de compra e de venda, fornecida pela Companhia Habitacional do Estado do Rio de Janeiro, pela qual o beneficiário adquiria o direito de registrar seu imóvel no Registro de Imóveis (RGI), após o pagamento do financiamento. Segundo Rafael Gonçalves (2013)⁶⁵, só era impedida a comercialização do bem, durante o financiamento.

⁶³ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁴ CARVALHO, Leo Fontes Paz de. *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

⁶⁵ GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/Ed. PUC-Rio, 2013. p. 301.

No entanto, essa política teve várias dificuldades para ser implantada, como, por exemplo, a escassez de recursos administrativos e financeiros. Para Burgos (1998)⁶⁶, essa política foi importante, porque deu segurança aos moradores para investirem em suas moradias.

Entretanto, ao mesmo tempo em que eram efetuadas as políticas públicas de Leonel Brizola, os grupos civis armados começaram a ser os principais protagonistas das manchetes de jornal, na época, o que gerou muitas críticas à política do governador. Esses noticiários começaram a influenciar, chegando ao ponto de ser um dos fatores determinantes nas disputas das urnas em 1986, quando Moreira Franco saiu vitorioso.

Mesmo com as críticas, as políticas públicas implantadas por Brizola foram um divisor de águas, pois elas trouxeram a visão de cidadania e de respeito para a favela e para seus moradores.

Na esfera municipal, Saturnino Braga, que assume em 1986, rompe com Moreira Franco e dá continuidade à visão política de Brizola. Esse prefeito não teve aproximação direta com a Federação das Associações de Favela do Rio de Janeiro (FAFERJ), contudo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), cujo secretário era Sérgio Andrea, próximo do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Federação de Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), as quais exerceram presença nas favelas⁶⁷.

A Lei municipal nº 110, de 23 de agosto de 1979, criou a Secretaria de Turismo, que criou a SMDS e o Fundo-Rio. Este fundo tinha como objetivo capturar investimentos para a promoção do desenvolvimento do Rio de Janeiro.

A SMDS se posicionou contrariamente às remoções e a favor de programas sociais nas favelas e de melhorias na infraestrutura da cidade. O grande alvo dessa secretaria era organizar esforços, por parte dos órgãos públicos, para realizar os projetos de urbanização nas favelas.

Inspirados pela visão de cidadania, que se iniciou com Brizola e que foi colocada em prática por Saturnino, também, pois os dois estavam ligados ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e ao Partido Social Democrático (PSD), do qual surgiu o projeto Mutirão⁶⁸, em 1982, gerido pela SMDS, que se incumbia da elaboração dos projetos de urbanização,

⁶⁶ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁶⁷ BRUM, Mario Sergio Ignacio. *O povo acredita na gente: Rupturas e continuidades do movimento comunitário das favelas cariocas das décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2006.

⁶⁸ PAULO, P. P. *Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica"*. Niterói: Ed. UFF, 2013.

sendo executado com mão de obra dos próprios moradores das favelas. Esse projeto atendeu a 15 favelas, fazendo obras de acesso, de pavimentação e serviço de água e de esgoto.

Este projeto era executado com trabalho voluntário, por parte dos moradores, e esses receberiam apoio como, por exemplo, as mudas dadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro para eles fazerem o plantio e, em contrapartida, deveriam fornecer de mão de obra gratuita. Segundo Lu Peterson (2003)⁶⁹, a população das comunidades não queria trabalhar sem remuneração, então houve, em 1984, um seminário, na UERJ, com a participação de 80 comunidades, no qual se chegou à conclusão de que o serviço dos moradores deveria ser remunerado.

Em 1985, a mão de obra começou a ser remunerada. Devido à precariedade de recursos e à dificuldade de manutenção da mobilização social dos moradores em torno do projeto, o projeto passa a ser denominado Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992, implantado no governo do Prefeito César Maia, consolidou a ideia de um programa global de integração das favelas à cidade.

O Artigo 147 do Plano Diretor do Rio de Janeiro apresentou características técnicas de sua estrutura das favelas e, não, as características físicas de seus moradores⁷⁰. Porém, usar as características estruturais também era uma forma de rediscutir o mito da marginalidade, pois, agora, ele está atrelado à política pública, ainda que somente ao meio físico da comunidade. Contudo, isso não deixa de ser uma forma de estigmatizar essa população, já que as condições de moradia precárias não velavam o nível baixo de escolaridade e as escassas oportunidades de trabalho, logo, usar as características do meio biofísico envolvia toda a situação de marginalidade que aqueles cidadãos viviam, em seu cotidiano.

O Plano Diretor orientou o Grupo Executivo de Assentamentos Populares (GEAP), criado no governo do prefeito César Maia, com seis projetos habitacionais: Regularização de Loteamentos; Regularização Fundiária e Titulação; Novas Alternativas; Morar Carioca;

⁶⁹ PETERSON, Lu. *Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro*. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pref. do Rio de Janeiro, 2003.

⁷⁰ Lembrando que, tanto as características estruturais das favelas quanto as características físicas de seus moradores foram usadas para forjar o estigma da marginalidade, apresentado nas páginas 24 a 30 deste trabalho.

Morar Sem Risco e Favela-Bairro. Segundo Burgos (1998)⁷¹, para a execução desses planos, criou-se a Secretaria Extraordinária de Habitação (SEH).

Então, o Projeto Mutirão se fragmentou, dando origem ao Programa Favela-Bairro, criado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro. Segundo a definição do GEAP, o Favela-Bairro teria por objetivo “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acesso) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade”⁷². Através dele, foram implantadas redes de esgoto, pavimentação, drenagem e vias de acesso em várias favelas da cidade. Esse projeto visava minimizar os problemas estruturais e de serviço nas comunidades.

Outra parte dessa fragmentação deu início ao Mutirão de Reflorestamento, em 1986, porque o governo de Saturnino Braga investiu 3%⁷³ de recursos de um ano de arrecadação do município na urbanização das favelas, com foco na contenção de encostas, em obras de drenagem e em reflorestamento.

As chuvas de 1988 foram um divisor de águas para o Mutirão de Reflorestamento, como ilustra o *Jornal do Brasil*, de 21 de fevereiro de 1988: “O Rio de Janeiro conheceu o seu definitivo Waterloo, diante da conjugação de forças da natureza e da irresponsabilidade de sucessivos governos”. Contudo, as favelas que tiveram a implementação do Mutirão de Reflorestamento sofreram menos impactos com a enxurrada e isso reforçou a relevância desse projeto para a prevenção de deslizamento de encostas.

Assim, vemos que as chuvas deram estímulo à ampliação dos programas de contenção de encostas e de eliminação de riscos⁷⁴, além de ter estimulado o projeto de reflorestamento comunitário, conhecido como Mutirão de Reflorestamento.

O Mutirão de Reflorestamento tinha como objetivo conter o desmatamento e, conseqüentemente, o aumento do risco de deslizamentos e de enchentes. Ele passou, então, a integrar o conjunto de intervenções feito pela Prefeitura para prevenir os desastres causados, durante o período de chuvas fortes, que acontece entre os meses de janeiro e março, que

⁷¹ BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁷² BURGOS, M. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁷³ ANDREA, Sergio. “E a luta continua...”. In: *Prefeitura do Rio de Janeiro, Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: SMDS/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988. p. 5-10.

⁷⁴ PETERSON, Lu. *Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro*. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pref. do Rio de Janeiro, 2003. p. 53.

acabam atingindo a maioria dos moradores da cidade e, ainda mais, as populações carentes, podendo, algumas vezes, fazer vítimas fatais.

1.7 O Projeto Mutirão de Reflorestamento e a cooperação entre Estado e comunidade

A cidade do Rio de Janeiro vivenciou a experiência de executar obras públicas com a utilização de mão de obra das comunidades, desde o início da década de 1980. O Projeto Mutirão de Reflorestamento nasce do Projeto Mutirão, implantado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Até 1985, as obras públicas nas áreas de favelas estavam limitadas ao esgoto sanitário, à drenagem e à construção de escadarias, porém, em 1986, essa mentalidade se modifica, como se pode ver no depoimento abaixo:

“O mutirão nasce não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade”⁷⁵. (Depoimento do engenheiro Celso Junius F. Santos, coordenador do Projeto)

A partir desse depoimento, percebemos, através da análise historiográfica, que o projeto deriva da intersecção de várias interações entre Estado e comunidades e que usa da visão trazida na Constituição, que diz que todos têm direito à moradia digna.

Contudo, com a topografia particular do Rio de Janeiro e com a expansão territorial das favelas, os morros ficaram com pouca proteção vegetativa, como se pode ver na colocação abaixo:

Desde sua fundação até hoje, a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo mudanças radicais no uso do solo decorrentes de processo de urbanização acelerada. Apesar disso, ainda dispõe de importantes remanescentes de ecossistemas naturais em bom estado de conservação, constituídos por 25.500 ha de floresta, além de 7.500 ha de praias, restingas, manguezais e outras áreas úmidas, que correspondem a 26 % de seu território.⁷⁶

⁷⁵ FUJIWARA, Luis Mario, ALESSIO, Nelson Luiz Nouvel and FARAH Marta Ferreira Santos (Org.), *Experiências Gestão Pública e Cidadania*, SP, 1998 (p.4).

⁷⁶ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

O depoimento acima é de Celso Junius, engenheiro florestal do projeto Mutirão de Reflorestamento, e expõe as condições dos ecossistemas cariocas, sob a influência da expansão urbanística da cidade, dizendo que o processo de urbanização acelerado, sem a responsabilidade de manter o meio ambiente equilibrado, acabou acarretando mudanças brutais no solo da Mata Atlântica.

Esse conflito entre conservação ambiental e urbanização pode redundar em situações extremas, especialmente, nas metrópoles de países mais pobres e emergentes, como o Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro, a expansão da área urbanística fez com que as áreas verdes se tornassem mais escassas, e elas são de extrema importância na qualidade de vida do cidadão.

Em um passeio pela cidade, vemos que, nas favelas, as áreas de parques arborizados com planejamento são insignificantes, em comparação às áreas valorizadas da cidade. Os poucos parques que existem nessas comunidades, em sua grande maioria, são locais de convivência comunitária, que têm parquinho para as crianças, mesas de jogos para os idosos e campo de futebol.

Esses parques foram criados, a partir do Projeto Favela-Bairro, o qual, como foi dito, deu ênfase à transformação das comunidades cariocas em bairros e fez espaços de socialização, como essas praças. Porém, elas não são vistas pelos moradores como espaços verdes, mas como espaços de lazer e de convivência comunitária.

Assim sendo, os espaços planejados e arborizados da cidade podem ter relação com o poder aquisitivo de seus moradores, já que estão mais concentrados no Centro, na zona Sul, na Tijuca e na Barra da Tijuca. Os moradores destas regiões têm poder aquisitivo maior do que os das outras regiões da cidade.

Ao mesmo tempo, um dos maiores desafios do mundo contemporâneo é criar formas de convivência harmônicas entre o espaço natural e o construído. Nas encostas do Rio de Janeiro, durante o período de chuvas, não existe convivência harmônica e essa desarmonia ocasiona consequências dramáticas, que, por muitas vezes, chegam a fazer vítimas fatais.

Ana Brandão (1992) apresenta uma compilação dos episódios pluviais, causadores de enchentes e de deslizamentos, na década de 1980, e seus impactos socioeconômicos sobre a área metropolitana do Rio de Janeiro: “No período da década de 80, foram registrados 54 incidentes, que geraram paralisação de serviços e de atividades econômicas, prejuízos

materiais incalculáveis e diversas vítimas fatais, principalmente, entre a população de baixa renda”⁷⁷.

Por ocupar áreas especialmente frágeis, do ponto de vista ambiental, como encostas, margens de rios e áreas úmidas, a população de baixa renda tem sido a maior vítima destes catastróficos incidentes.

A partir dos eventos calamitosos da década de 1980, a administração municipal passou a se preocupar mais e intensificou suas ações, no sentido de deter o crescimento desordenado da cidade. O objetivo era recompor a cobertura florestal dessas áreas, de modo a resgatar seu papel, não, apenas, na proteção da cidade contra as chuvas, mas, também, na conservação da biodiversidade, na melhoria do clima, da qualidade do ar e da paisagem da cidade.

David Arnold (1996)⁷⁸, diz que as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reorganizem, dentro da História, porque não se pode estudar, somente, o evento, sem se preocupar com a história da região ou a do povo que ali habita.

Dito isso, percebemos que a grande chuva que aconteceu em 1988 foi um divisor de águas dentro da política ambiental do Rio de Janeiro e, também, na política pública, como um todo, pois, a partir desse evento, o Estado começou a buscar soluções efetivas, junto às Associações de Moradores das comunidades, para minimizar e tornar as favelas menos vulneráveis às chuvas.

Para entendermos tal mudança, do ponto de vista social, devemos entender o sociólogo Zygmunt Bauman (2007)⁷⁹, que vai salientar que as relações sociais apresentam um caráter líquido, porque a todo o tempo elas se modificam. A partir disso, vemos que o Poder Municipal se moldou a uma forma de entrada não coercitiva, como fazia antes da abertura política, porém, depois do evento das chuvas de 1988, precisou entrar de maneira cooperativa em uma área em que seu poder era limitado, para conseguir levar segurança contra os desastres ambientais, aos quais as populações dos morros estavam sujeitas.

A fim de reverter este quadro, foi criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, o Projeto Favela-Bairro, cujo objetivo básico seria a urbanização de comunidades de baixa renda, com o uso da mão de obra local. Através dele, foram implantadas redes de esgoto, pavimentação, drenagem e vias de acesso em várias favelas da cidade.

⁷⁷ BRANDÃO, A. M. P. M. As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano. In: ABREU, M. de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 143-200.

⁷⁸ ARNOLD, David. *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

⁷⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

O rápido aumento de favelas nas áreas de encostas, o desmatamento e, conseqüentemente, o aumento do risco de deslizamentos e de enchentes, fez com que, a partir de novembro de 1986, o Mutirão de Reflorestamento fosse criado. Ele passou, então, a integrar o conjunto de intervenções para prevenir os desastres causados pelas chuvas às populações carentes.

O programa foi implantado nas favelas cariocas, com o objetivo de reflorestar os morros e diminuir o risco de acidentes ambientais com possíveis vítimas fatais. Foi o modo encontrado pela Prefeitura de impedir e de controlar a expansão das comunidades⁸⁰.

Um das preocupações do projeto é com a biodiversidade do Rio de Janeiro, com seu patrimônio biológico. Para isso, o mutirão adota uma política de conservação ambiental, visando à proteção contra os impactos sobre a população.

O projeto tem várias fases, que serão abordadas no próximo capítulo. Uma das fases do projeto é o requerimento, que precisa ser feito pela Associação de Moradores da comunidade que deseja a implantação do projeto. Esse requerimento é analisado e, depois, os técnicos visitam a comunidade. Se ela estiver dentro das normas técnicas, o reflorestamento se inicia.

Segundo Celso Junius (2000)⁸¹, se a Associação de Moradores for fechada, por algum motivo, o mutirão precisa sair da comunidade imediatamente. Se a comunidade quiser a volta do projeto, os moradores precisam formar uma nova Associação de Moradores, para requerer a continuidade do projeto. Nesse caso, faz-se nova avaliação.

O programa enfrenta também, desde seu início, vários desafios. Um obstáculo ao reflorestamento são os incêndios feitos por balões na época das festas de São João, populares em algumas comunidades, principalmente, as do subúrbio, como, por exemplo, no bairro de Campo Grande. Alguns moradores soltam balões, que acabam caindo nas áreas reflorestadas, que, nessa época do ano, estão secas, e isso ajuda os incêndios a se alastrarem.

Além disso, o obstáculo maior é a tensão constante na convivência entre técnicos e comunidade. Tal tensão resulta do tráfico de drogas, que, muitas vezes, impede a entrada dos técnicos e a avaliação do local. Os grupos civis armados, em determinadas vezes, se apoderam das regiões reflorestadas.

⁸⁰ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 3.

⁸¹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

Segundo Cláudia França, atual coordenadora do projeto, por muitas vezes, aconteceram ameaças de morte aos técnicos. Nestes casos, estes são retirados do projeto e remanejados para outras favelas. Se o chefe do tráfico tiver articulação com outras comunidades, este técnico passa a fazer trabalhos internos e burocráticos. Cláudia também assinala que:

“Quando um novo prefeito começa o seu mandato ele quer modificar a arte e os símbolos que ajudam a identificar alguns projetos da Prefeitura. No Mutirão eles já tentaram isso, mas o nosso símbolo é o que os moradores e o tráfico identificam e isso ajuda na nossa entrada na comunidade.”⁸² (Depoimento de Cláudia França, atual coordenadora do projeto)

Através dessa fala, podemos perceber que o mutirão precisa de uma identificação, em virtude de trabalhar em algumas zonas de risco. O símbolo do mutirão não é só mais um símbolo da Prefeitura, mas é a segurança que os técnicos têm para fazer o reflorestamento nas comunidades. De fato, eles usam uma blusa de uniforme, quando sobem as favelas, para serem facilmente identificados. O carro do projeto também é todo adesivado com o símbolo do mutirão, para facilitar a liberação do veículo, quando necessário.

Figura 2 – Símbolo do Mutirão de Reflorestamento⁸³



Fonte: COHEN, Marcos. Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro.

O Morro São José Operário, no bairro de Jacarepaguá. Este local foi escolhido, porque a comunidade dava boas condições técnicas e de segurança para a sua implementação. Essa primeira comunidade já apresentou o primeiro desafio:

⁸² Depoimento de Cláudia França, que é a atual coordenadora do projeto, porém ela é técnica do programa desde o seu início e assumiu a coordenação em 2006.

⁸³ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

“O desafio maior do mutirão nessa primeira fase foi ele ser não remunerado porque moradores só trabalhavam nos fins de semana, quando e como queriam e os índices de mudas plantadas eram baixíssimas então o mutirão passou de voluntário para remunerado”⁸⁴. (Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC)

Contudo, após ver os baixos índices de mudas plantadas, os técnicos, junto com os gerentes de projeto, decidiram que o mutirão passaria de voluntário para remunerado e que esses empregados só poderiam ser moradores da comunidade em que estava trabalhando, o mutirão. A partir de então, com uma maior estruturação técnica e administrativa, houve um progressivo aumento no número de comunidades atendidas.

Contudo, a professora Ana Clara Ribeiro (2014)⁸⁵ vai trazer à discussão que toda a ação tem um sentido para quem a realiza. Então, podemos dizer que a passagem do trabalho voluntário para remunerado foi uma ação com intenção de aumentar as áreas abrangidas pelo projeto, dando maior visibilidade ao programa e, conseqüentemente, obtendo mais investimentos, por parte da Prefeitura.

Depois da mudança para a categoria de trabalho remunerado, o Mutirão de Reflorestamento passou a ter duas atitudes básicas. A primeira era a restauração de ecossistemas, objetivo inicial do projeto, e a segunda era a ampliação de trabalho em áreas faveladas. Esses objetivos foram pedidos pelas comunidades, quando requisitaram o programa, junto à Prefeitura.

Com a Convenção Rio-92, e com o Rio de Janeiro se tornando o palco da conferência mundial de meio ambiente, a cidade também se tornou cenário. A cidade lutava para conseguir ter uma convivência harmônica entre a área urbana e o espaço natural, e a Rio-92 deu um grande impulso ao reflorestamento, já que cidade queria se tornar símbolo de ambiente urbano que mantinha sua fauna e sua flora, mas que ainda tinha um crescimento sustentável.

Desse modo, vemos que a Rio-92 deu um horizonte de expansão ao projeto. A partir dessa colocação, lembramo-nos de Reinhart Koselleck (2015)⁸⁶, que sustenta que, para que uma mudança ocorra, precisa haver um horizonte de expectativa, pois tal horizonte dará a segurança necessária para executar essa mudança.

⁸⁴ Depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da SMAC. Desde o início do projeto Mutirão de Reflorestamento ele fez parte da equipe do projeto.

⁸⁵ RIBEIRO, Ana Clara T. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra capital, 2014.

⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2015. Capítulos 13-14.

Em 1994, o Projeto Mutirão de Reflorestamento foi transferido para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental da recém-criada Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), em que houve um aumento expressivo na produção e no número de frentes de trabalho. Nesse período, iniciou-se a recuperação de áreas de manguezais, através do mesmo sistema, como assinala Celso Junius (2000, p. 2): “Em 1996, as áreas consideradas ‘artificializadas’ ou profundamente modificadas pela ação humana somavam cerca de 74% da superfície total. A área urbana apresenta a maior porção, equivalendo a aproximadamente 50%”⁸⁷.

Deste modo, segundo o fragmento acima, vemos que, em 1996, a área urbana já era metade do território da cidade do Rio de Janeiro, enquanto a influência humana se fazia em $\frac{3}{4}$ do mesmo território. Então, podemos concluir que a área de Mata Atlântica carioca sem grandes transformações era só de 26%. Esse era o quadro, depois de 10 anos do começo do Projeto Mutirão de Reflorestamento.

Porém, dentro do percentual de áreas artificiais não urbanizadas, tem-se uma cobertura vegetal de grama, que é a principal marca da destruição ambiental de uma mata. Essa cobertura vegetal ocupa cerca de 25.600 ha ou 20% do total da área da cidade do Rio de Janeiro. Grande parte dessas áreas está em encostas, sendo, portanto, responsável pelos elevados riscos de deslizamentos de blocos e de terra. Por se encontrarem em zonas com grandes restrições naturais e legais à ocupação regular, estão submetidas a um intenso processo de favelização⁸⁸.

Em 1997, o Tratado de Kyoto foi assinado, com o intuito de reflorestar as cidades que possuíssem áreas potencialmente **reflorestáveis**. Em 1998, o Rio de Janeiro, conjuntamente com outras cidades, assinou um protocolo de intenções, comprometendo-se a reduzir suas emissões em 20% até 2005. Paralelamente, o Brasil tem investido em estudos, que visam avaliar o potencial do reflorestamento no sequestro de CO₂.

Após a assinatura do tratado, o Rio de Janeiro intensificou a realização de plantios florestais, a fim de compensar suas emissões ou, mesmo, de custear parte dos seus investimentos, através do mercado internacional de créditos para absorção de carbono⁸⁹.

⁸⁷ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano*: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

⁸⁸ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano*: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 2.

⁸⁹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano*: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 6.

Ao final do ano de 1999, aproximadamente, 1.000 hectares de encostas já haviam sido reflorestados, totalizando cerca de dois milhões de mudas plantadas, em 64 comunidades. Foram recuperados, ainda, cerca de 20 hectares de manguezais, através da proteção, da limpeza e do plantio de 60.000 mudas de propágulos em mais três comunidades. A população estimada das 67 comunidades beneficiadas é de cerca de 150.000 pessoas⁹⁰.

No mesmo ano, os manguezais foram incluídos no Projeto, com a recuperação do manguezal que fica no entorno da comunidade do Parque Royal, na Ilha do Governador. Depois desse manguezal, também foi realizado o mutirão no Estuário do Rio Jequiá, na orla Norte da Ilha do Governador e às margens do Rio Piraquê, em Pedra de Guaratiba, na zona Oeste. A recuperação dos manguezais foi o primeiro reflorestamento que o mutirão fez na zona Oeste, porque essa parte da cidade foi deixada de lado, nas primeiras fases do projeto, já que elas focavam no reflorestamento de encostas. A recuperação ambiental dos manguezais proporcionou a volta dos peixes e melhorou a paisagem, e, também, aumentou o estoque pesqueiro da região, ajudando algumas famílias a voltarem à atividade da pesca.

Por outro lado, o Projeto Mutirão de Reflorestamento nas áreas de encostas vai focar mais em favelas que estão localizadas na zona Sul por causa do potencial turístico dessa zona da cidade. Em virtude disso, este estudo tem seu foco no crescimento do turismo na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Junius afirma que:

Até o ano de 1994 o turismo convencional representava a atividade de mais elevados índices de crescimento no contexto econômico mundial, movimentando cerca de US\$ 3,5 trilhões por ano e tendo apresentado uma expansão de 57% na última década. Estima-se que em 1994 o turismo tenha gerado, a nível global, cerca de 204 milhões de empregos, o que significa que um em cada nove trabalhadores no mundo está ligado ao setor⁹¹.

O Primeiro Relatório de Diversidade Biológica (1998)⁹² afirma que 10% das atividades do setor turístico são representadas pelo segmento a que se convencionou denominar **ecoturismo**, sendo, no ano 2000, o que mais crescia, a um ritmo calculado de 20% ao ano.

⁹⁰ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 9.

⁹¹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 6.

⁹² BRASIL. *Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998. p. 283.

Esses dados, associados ao patrimônio natural, que permite a exploração do turismo ecológico, com a infraestrutura de cidade urbanizada, em conjunto com atividades culturais, fizeram com que o Rio de Janeiro se tornasse uma cidade com um turismo ainda mais forte e diversificado.

Após a implantação do Mutirão de Reflorestamento e do reflorestamento de comunidades, como os morros Dois Irmãos e Vidigal, na zona Sul, área turística da cidade, podemos verificar que ela passou a ter mais um atrativo turístico: as trilhas ecológicas dentro das comunidades. Desse modo, o Rio de Janeiro teve sua imagem ainda mais associada à natureza, criando um cenário de cidade com áreas ambientais conservadas.

Porém, a natureza exposta aos turistas e ao mundo, tida como natural, é uma natureza forjada e construída pelo homem, e o Programa Mutirão ajudou nessa construção, já que ele é executado pela Prefeitura, que quer promover cada vez mais a cidade, buscando investimentos. Logo, a conservação deste da área de reflorestamento foi promovida, já que o ecoturismo é uma justificativa econômica relevante.

Além do ecoturismo, o reflorestamento ajudaria toda a cidade, pois ele promove uma maior captação de gás carbônico (CO₂), ajudando, assim, a melhorar a qualidade do ar e de vida dos cidadãos do Rio de Janeiro.

A política de reflorestamento no Rio de Janeiro não foi estimulada, somente, pelos desastres ambientais, trazidos pelas chuvas, e pela promoção do ecoturismo, que traz benefícios financeiros para a cidade. Ela também é resultado da assinatura de tratados ambientais internacionais, que colocaram a cidade nos holofotes mundiais, fazendo com que ela forjasse a ideia de uma cidade que equilibra o ambiente natural e o ambiente urbano.

No ano de 2005, o projeto cria o Programa de Delimitação de Áreas de Interesses Ambiental, com o objetivo de cercar áreas de domínio público, visando à preservação ambiental ou à implantação de programas de recuperação ambiental, para fins de reflorestamento, de manutenção, de recuperação ou de revitalização das condições ambientais.

Outro objetivo é o de impedir ou o de restringir a ocupação de áreas de encosta, impróprias à urbanização, bem como de áreas de notável valor ambiental, contemplando os critérios de riscos de instabilidade, de recuperação e de proteção ecológica.

O cercamento é implantado em áreas com relevância ambiental. E se alguma moradia estivesse nessas áreas e fosse irregular, seus moradores eram retirados, através de mandatos. Este cercamento era feito com madeira e arame, e a informação passada aos moradores era a de que isso protegia a área de recuperação ambiental.

Porém, este Programa fazia com que os moradores tivessem que deixar suas casas e muitos não teriam para onde ir. Isso acabou criando mais um obstáculo para a aceitação do projeto e para a sua manutenção, nas localidades.

Este Programa foi abolido, depois de um ano, porque os moradores invadiam as áreas de recuperação ambiental e não deixavam os técnicos entrarem na comunidade, o que acabou fragilizando a relação entre comunidade e técnicos.

Então, o Projeto de Reflorestamento acabou voltando aos seus parâmetros anteriores, com a interação constante com a comunidade, sem retirar as pessoas de seus lares, o que fez as tensões entre os técnicos e os moradores das comunidades diminuírem.

Todavia, percebemos que o Mutirão de Reflorestamento enfrenta desafios, em seu cotidiano. Estes desafios estão ligados ao tráfico de drogas, porque os traficantes veem o Projeto Mutirão como uma posição do Estado dentro da favela, criando tensões entre os grupos civis armados e os representantes do Projeto, como já exposto. Outro desafio são os incêndios causados pelas festas juninas, que destroem as áreas reflorestadas.

Por outro lado, o projeto leva segurança aos moradores das favelas e, cada dia mais, integra o Estado e a comunidade em ações constantes de prevenção contra as chuvas, as quais, por vezes, chegam a matar moradores de todo o Rio de Janeiro, embora os maiores índices de fatalidades recaiam sobre a população de baixa renda, que mora em comunidades.

Vimos, no decorrer deste capítulo, a evolução das políticas públicas, a respeito das favelas. Antes da Abertura Política, os moradores e suas comunidades eram repelidos pelo poder público e afastados das áreas valorizadas da cidade, sob a perspectiva do estigma da marginalidade, forjado pelas classes médias e altas, juntamente com o Estado, no intuito de repelir as pessoas que não se encaixavam no padrão social que se estabeleceu, ao longo da orla marítima da cidade.

Entretanto, com a Abertura, percebemos que o tom das políticas urbanísticas, em relação às favelas, vai mudar e que essa mudança não ocorrerá, somente, por causa da Constituição Federal de 1998, mas, também, por parte do governo do Estado, no mandato de Leonel Brizola, que vai promover diversos programas de melhoramentos estruturais, nas comunidades.

E será por essa vertente democrática brizolista que o Projeto Mutirão de Reflorestamento vai manter relações com as Associações de Moradores das favelas, nas quais o programa será executado. A partir dessa relação, o Estado vai conseguir começar a se estabelecer em um território no qual ele não tinha mais domínio.

Contudo, o Mutirão vai enfrentar problemas, que remontam à época de Brizola, como o tráfico de drogas, que não facilitou a convivência harmônica entre Estado e Associações de Moradores, porém o projeto vai transpor mais esse desafio, usando formas de identificação, como uniformes e carros com o símbolo do Programa.

Portanto, vendo essa transformação nas políticas públicas, vemos, também, que o Estado começa a desenvolver programas governamentais que necessitam da participação social e isso vai levar às comunidades a cidadania que lhes foi historicamente tirada, quando das reformas urbanísticas. Embora a máquina estatal continue com a sua autoridade, vemos, sobretudo nesse programa, que a carga autoritária diminuiu e que cresceram e têm prevalecido a comunicação e a forma democrática de administração.

2 A EVOLUÇÃO DO TRABALHO DOS MUTIRANTES E A INTERAÇÃO DA COMUNIDADE COM O MEIO AMBIENTE

Este capítulo tem por finalidade apresentar as diferentes fases do Mutirão de Reflorestamento, dando maior ênfase à discussão sobre a passagem do trabalho voluntário para o remunerado e à problemática que acompanha essa segunda fase do programa.

Como a História é feita por pessoas, então será debatida a relação das comunidades com o reflorestamento, priorizando, nessa abordagem, a relação trabalhista, já que os mutirantes são residentes da própria comunidade em que o programa é executado.

É na área de reflorestamento, que a gente atua junto à comunidade, a mão-de-obra é da comunidade, em regime de mutirão, fazendo o replantio, a recuperação dessas encostas, a gente trabalha na comunidade com uma agente de educação ambiental informando a população sobre os benefícios do reflorestamento, dos riscos⁹³.

Nesta observação, a diretora do Centro de Educação Ambiental (CEA), explicita todas as camadas de atuação, nas quais o Mutirão se faz presente, dentro das comunidades em que o Projeto ocorre. A colocação acima nos ajuda a refletir sobre o início do Mutirão de Reflorestamento, descrito no capítulo anterior, que nasce a partir de uma parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e as comunidades selecionadas. Tal cooperação gera especificidades próprias nas relações de trabalho.

Segundo Junius (2000)⁹⁴, existia um consenso entre o Estado e a Associação de Moradores, na qual o Programa era executado, de que, sem a participação ativa e efetiva da comunidade, os reflorestamentos teriam pouca chance de obter a aceitação, por parte da população local, ficando sujeitos a elevados riscos de depredação. Essas comunidades não se veriam como parte do processo, e, sim, como espectadores e agentes passivos do Programa.

O engenheiro florestal Fernandes (1996)⁹⁵, quando avalia programas urbanos ambientais em megacidades, argumenta, complementando o comentário de Junius, que a

⁹³ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

⁹⁴ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

⁹⁵ FERNANDES, M. The paid self-help reforestation project. In: *Environmental innovations for sustainable mega-cities: sharing approaches that work*. New York: Mega-cities Project, 1996. p. 12-15.

participação direta da comunidade nos plantios levaria a um fortalecimento do poder local⁹⁶, que, através do Mutirão, passa a ser corresponsável pelos resultados alcançados nas comunidades reflorestadas. Essa corresponsabilidade, segundo Salgado (1998)⁹⁷, resgataria a dignidade, o orgulho e a própria identidade da comunidade.

Segundo esses autores, a corresponsabilidade entre Estado e comunidade faz com que a política urbanística se torne mais democrática e mais sensível às necessidades da comunidade, principalmente, no âmbito ambiental.

Esta corresponsabilidade é muito importante, pois o histórico do Rio de Janeiro sobre políticas urbanísticas, com relação às favelas, sempre foi de imposição, como, por exemplo, nas políticas de remoção das favelas localizadas na zona Sul, como explicitado no capítulo anterior. Já o Mutirão de Reflorestamento é um projeto requerido pela Associação de Moradores, a partir de um pedido à Prefeitura. Essa forma de abordagem faz com que a comunidade se reconheça dentro do projeto. Assim, na visão de Salgado (1998)⁹⁸, a comunidade se integra ao projeto, se sente responsável pelas áreas reflorestadas e evita invadi-las, construindo suas casas em áreas afastadas dos reflorestamentos.

Esta corresponsabilidade está de acordo com o princípio colocado na Agenda 21, resultado da Rio-92, evento que reuniu representantes de vários países, na cidade do Rio de Janeiro, para debaterem sobre o reflorestamento em cidades, visando seu desenvolvimento sustentável e a diminuição da emissão de CO², e privilegia a participação comunitária, junto ao Estado, em busca do desenvolvimento sustentável⁹⁹, com vistas a obter crescimento econômico e populacional da cidade que minimize o prejuízo ambiental. Por essa lógica, a comunidade se torna um agente ativo no processo de reflorestamento.

De fato, outro objetivo da Agenda 21 é o de “desenvolver e manter um sistema eficaz de extensão florestal e educação do público para obter mais consciência e valorização e melhor manejo das florestas no que diz respeito aos múltiplos papéis e valores de árvores, florestas e áreas florestais¹⁰⁰.

⁹⁶ Poder local é o poder da Associação de moradores que é apoiado pelos moradores da comunidade.

⁹⁷ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998. p. 129-138.

⁹⁸ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998. p. 129-138.

⁹⁹ MMA. *Consulta nacional Agenda 21: desenvolvimento sustentável, 100 experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, 1997.

¹⁰⁰ MMA. *CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CAPÍTULO 11 (COMBATE AO DESFLORESTAMENTO)*.

Os tratados ambientais internacionais, como a Agenda 21 e a Rio-92, serviram de inspiração e de estímulo para o Projeto se desenvolver cada vez mais e atingir mais áreas.

Além de atuar na parte do reflorestamento de áreas de risco para a população local, o Projeto também trabalha na parte da educação ambiental, para conscientizar os moradores das favelas sobre a importância do reflorestamento, para que as comunidades não tenham tantos problemas com deslizamentos de terras ou de blocos rochosos, convencendo os moradores a não invadirem essas áreas, para que estas não voltem a oferecer riscos, novamente.

Em virtude disso, esse projeto requer a participação da comunidade no reflorestamento das encostas, para que, desse jeito, a comunidade não se sinta invadida por tal política pública, em virtude do histórico das políticas urbanas, em relação às favelas cariocas, de imposição.

Inicialmente, em 1986, o trabalho do mutirão era voluntário, sendo realizado pelos moradores de suas respectivas comunidades, apenas, nos fins de semana. A plantação de mudas ocorria nas encostas das áreas da comunidade, em áreas com risco de deslizamento e em ambientes públicos de lazer, como em praças.

Por este trabalho ser executado de forma voluntária, segundo o depoimento de Rômulo Moreira Madeira, engenheiro florestal e gerente de recuperação ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, exposto no capítulo anterior, essas pessoas não recebiam o treinamento adequado para a execução da tarefa e o resultado final era o baixo rendimento e a baixa qualidade das plantações.

Através dessa constatação sobre os maus resultados do mutirão voluntário, feita por Silvia Salgado¹⁰¹, em novembro de 1986, o projeto passa a ser remunerado, utilizando mão de obra das próprias comunidades, nas quais o projeto era executado. Isso deu agilidade à contratação de pessoal, que era feita por contrato. Além disso, a proximidade do local de trabalho da moradia dos mutirantes¹⁰² ajudou a reduzir os custos com os contratados, condições para a ampliação de oferta de trabalho nessas áreas faveladas.

A produção de mudas para esse projeto é feita em quatro viveiros florestais, sob a supervisão e o controle da Prefeitura, os quais se localizam em Campo Grande, com produção de 20.000 mudas; em Vila Isabel, com 15.000 mudas; em Grumari, com 7.000 mudas; e na Fazenda Modelo, com 35.000 mudas, totalizando uma produção mensal de 77.000 mudas¹⁰³.

¹⁰¹ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

¹⁰² Mutirante: termo usado por Silvia Salgado para dar nome aos trabalhadores do Mutirão de Reflorestamento.

¹⁰³ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em:

As sementes utilizadas nesses viveiros são coletadas de mais de 450 árvores-matrizes selecionadas. Veremos com mais detalhes a escolha das mudas e a plantação no terceiro capítulo.

Figura 3 – Vista parcial do viveiro da Fazenda Modelo¹⁰⁴



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento.

Na Fazenda Modelo, em Guaratiba, a equipe de produção tinha 20 trabalhadores, recrutados nas comunidades vizinhas desse viveiro, que ganhavam treinamento, ofertas de trabalho na região e, futuramente, trabalho especializado. Desde o início do Projeto Mutirão, nesse local, trabalham, também, internos da instituição, em processo de ressocialização, visto que a Fazenda Modelo é responsável pela assistência social à população de rua e essa atividade funciona como terapia ocupacional para os internos. Além dos internos e dos trabalhadores da região, também trabalham no projeto cerca de 28 adolescentes¹⁰⁵, que participam do Programa de Treinamento em Produção de Mudas.

Para os trabalhadores retirarem as mudas dos viveiros, eles precisam, segundo a Portaria SMAC/CGAV/CRA nº 001/2014, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), da autorização da Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV), junto à Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA)¹⁰⁶, as quais seguem as diretrizes de fornecimento de mudas dispostas na Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14, de 2009. Neste

<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015

¹⁰⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015

¹⁰⁵ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

¹⁰⁶ Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014, que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

documento, o mutirante tem a possibilidade de comprar algumas mudas no mercado, quando elas estiverem em falta no viveiro, contudo essas mudas precisam estar de acordo com as especificações técnicas, conforme previsto na Resolução SMAC nº 463, de 06 de novembro de 2009.

A Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14, de 2009, diz que as mudas oferecidas devem constar no anexo único, o qual divide essas mudas em dois grupos (A e B), sendo que o grupo A encerra um grupo específico de plantas, enquanto o grupo B é geral, por isso não aparece na Tabela 1, que compara o número de mudas fornecidas com o número mínimo de espécies e com o número mínimo de espécies do grupo A (específico)¹⁰⁷. Seguindo algumas características de desenvolvimento, como, por exemplo, altura de início de ramificação¹⁰⁸, diâmetro compatível com a altura, sendo descartadas plantas com sinais de imaturidade¹⁰⁹ e com sinais de pragas ou doenças ou sinais recentes de ataques de insetos ou fungos. Essas características de descarte são estabelecidas para as mudas novas não infectarem as mudas já existentes nos viveiros ou no reflorestamento.

Tabela 1 – Relação do número de mudas fornecidas com o número mínimo de espécies e o número mínimo de espécies do grupo A

Número de mudas fornecidas	Número mínimo de espécies	Número mínimo de espécie do grupo A
2- 20	2	-
21-50	5	1
51-500	10	2
501-2000	20	5
Acima de 2000	30	7

Fonte: Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014 e RFM – Recibo de Fornecimento de Mudas¹¹⁰

Segundo a Tabela 1, existe uma diversidade mínima de espécies nas áreas de reflorestamento. A definição também evita que os mutirantes comprem sempre as mudas mais

¹⁰⁷ Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014, que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

¹⁰⁸ Ramificação: as plantas crescem e se ramificam, mesmo, durante o florescimento, a formação das vagens e o enchimento dos grãos.

¹⁰⁹ Sinais de imaturidade: impermeabilidade do tegumento (superfície ou casca da semente), a água e/ou os gases, como, também, pela imaturidade do embrião, ocorrendo à interferência no curto período de dormência até a germinação das sementes da própria planta.

¹¹⁰ Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014, que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

baratas do mercado para repor as mudas retiradas dos viveiros, o que faria com que, posteriormente, a falta de diversidade das mudas afetasse as áreas reflorestadas.

Contudo, para finalizar a retirada das mudas dos viveiros, o mutirante deve, também, entrar em contato com o viveiro da Fazenda Modelo, porque é o viveiro-matriz, para agendar uma data para o retiro das mudas. Tal agendamento pode ser feito através do telefone da instituição ou pessoalmente. Para o agendamento, o mutirante deve estar munido dos seguintes documentos abaixo¹¹¹:

- Recibo de Fornecimento de Mudas (RFM), em duas vias, impressas a partir do *site* da SMAC, com a tabela de quantitativos devidamente preenchida.
- Cópia da licença de obras da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).
- Procuração do titular de obras, caso o fornecimento seja realizado por terceiro.

Na ocasião do recebimento das mudas, o mutirante receberá a primeira via do Recibo de Fornecimento de Mudas (RFM) assinada pelo representante do viveiro florestal. A documentação listada é encaminhada para a Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) e para a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA) para os registros necessários e para o documento final de atestação.

A Prefeitura fornece todos os insumos agrícolas necessários para a produção das mudas, as ferramentas, os equipamentos de proteção individual, como, por exemplo, botas e luvas, e as camisetas do Mutirão, além de adubos, defensivos agrícolas e mudas.

Os técnicos da Prefeitura são responsáveis pela orientação técnica e pela coordenação das equipes de campo. Existiam 516 trabalhadores nas frentes de implantação do projeto, 338 trabalhadores nas frentes de manutenção, perfazendo 854 trabalhadores, no ano de 2000¹¹². Esse número se apresentou estável, até 2009.

O trabalhador desse Projeto não cria vínculos empregatícios com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por causa do caráter temporário do trabalho proposto pelo Mutirão. Além disso, pelo próprio conceito de **mutirão**, segundo Celso Junius (2000)¹¹³, o reflorestamento da comunidade é realizado em benefício do próprio morador e, por isso, o mutirante não

¹¹¹ Portaria SMAC/CGAV/CRA Nº 001/2014, que define o fornecimento de mudas dos viveiros do Rio de Janeiro sob a supervisão Portaria Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAC), Coordenadoria Geral de Áreas Verdes (CGAV) junto a Coordenadoria de Recuperação Ambiental (CRA).

¹¹² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹¹³ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 11.

necessita da carteira assinada, já que este tem o benefício do Projeto que está em sua comunidade.

Pode-se analisar que, dentro da ótica do conceito de **mutirão**, Junius defende que o morador não têm direitos trabalhistas, mesmo trabalhando para um órgão público, como a Prefeitura, já que ele está se beneficiando indiretamente com o reflorestamento. Nesse sentido, o Projeto Mutirão de Reflorestamento vai resultar em um trabalho precário, no qual os trabalhadores não têm direitos trabalhistas.

Além disso, segundo Fany Davidovich (1997)¹¹⁴, o trabalho com carteira assinada significa um status diferenciado, dentro da comunidade, pois a maioria dos moradores de comunidade vive de **bicos**¹¹⁵ ou do **trabalho informal**¹¹⁶. Isso é resultado da falta de instrução, que, muitas vezes, é exigida pelo mercado de trabalho nos grandes centros, em que se localiza a maioria dessas comunidades. Uma consequência de o mutirão não ter vínculo empregatício é que leva o mutirante a enxergar seu trabalho como mais um bico dentro da favela, mesmo que ele esteja trabalhando para uma instituição pública.

O público-alvo recrutado nesse projeto é uma mão de obra que se encontra em uma faixa de população economicamente ativa, principalmente, do setor da construção civil, mas que está desempregada. Também há trabalhadores aposentados, que querem complementar a sua renda, e alguns jovens, de famílias de baixa renda, que veem no curso do Programa de Treinamento em Produção de Mudas uma oportunidade de especialização e de inserção no mercado de trabalho ou de complementação de renda.

¹¹⁴ DAVIDOVICH, Fany. Programa Favela-Bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ. In: *VII Encontro Nacional da ANPUH*, Recife, 1997.

¹¹⁵ Bico é uma atividade temporária que a pessoa que trabalha não tem benefício trabalhista nenhum e também não se estabelece nenhum contrato escrito para essa atividade, porque a pessoa trabalha e recebe por seu trabalho logo em seguida a conclusão do trabalho.

¹¹⁶ O trabalho informal é um trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente, sendo geralmente sem benefícios como remuneração fixa e férias pagas.

Figura 4 – Mutirantes do Morro da Formiga¹¹⁷



Fonte: BATISTA, S. Programa de Reflorestamento equilibra paisagem do Morro da Formiga.

Observando o predomínio dos grupos expostos acima e na foto, concordo, quando Davidovich compara o trabalho de biscate com o trabalho temporário, porque este tipo de bico irá ajudar a complementar a renda de muitas famílias.

A partir de 1995, o mutirão adotou um sistema de pagamento baseado na produtividade do trabalhador, com o objetivo final de aumentar, tanto o desempenho das equipes de campo quanto as áreas reflorestadas, nos morros cariocas.

Com esse novo sistema, criou-se o salário básico, que tem como principal pilar o salário médio dos operários da construção civil, com um total de 194 horas trabalhadas por mês. Neste novo sistema, o salário básico é multiplicado pelo Fator Produtividade (FP), conforme a fórmula abaixo, então, quanto maior for a produção do mutirante, maior será o seu salário. Porém, quando este fator foi implementado, não foi pensando que a área de plantação é limitada e, por isso, o Fator Produtividade também será limitado, pois este é baseado na área de plantio, medida em hectares. Então, o valor da remuneração (VR)¹¹⁸ dada ao mutirante depende da função que ele exerce, dentro do mutirão.

$$VR = SB \cdot FP \quad \text{(Equação 1)}$$

¹¹⁷ BATISTA, S. *Programa de Reflorestamento equilibra paisagem do Morro da Formiga*. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece/selecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-da-formiga/Formiga>. Acesso em 07 dez. 2015.

¹¹⁸ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 18.

O Fator Produtividade (FP), apresentado na fórmula abaixo, é calculado, em função do somatório dos rendimentos tidos pela equipe e do rendimento mínimo esperado para cada operação realizada em campo. O somatório dos Resultados Obtidos (ΣRO) é dividido pelo somatório dos Resultados Médios Esperados (ΣRME), derivando o Fator de Produtividade (FP)¹¹⁹.

$$FP = \Sigma RO / \Sigma RME \quad (\text{Equação 2})$$

O resultado máximo do Fator de Produtividade (FP) é 2, porém o resultado de uma equipe pode ser um valor inferior a 1 e essa equipe será considerada pouco produtiva. Com isso, o valor da remuneração pode ser menor do que o salário básico.

Portanto, o salário básico pode ser reduzido. Isso significa que não existe valor mínimo e que o trabalhador tem que manter um fator de produtividade na média para ganhar, pelo menos, o salário básico. Esse cálculo da produção das equipes de campo é feito mensalmente pelos engenheiros responsáveis pelas áreas reflorestadas.

A Tabela 2 mede os Rendimentos Mínimos esperados, nas relações Homem/Hora e Homem/Hora por Hectare¹²⁰. Para cada operação, na fase de implantação, há a média do valor da remuneração recebido por cada mutirante, dependendo da função exercida, dentro do projeto.

Assim, quanto maior for o cargo e a proximidade com os técnicos da prefeitura, mais alto será o salário desse trabalhador. A média salarial dos operários do mutirão é de 136 reais por mês.

Tabela 2 – Função de cada cargo e seus salários¹²¹

FUNÇÃO	SALÁRIO BÁSICO MENSAL - (em sal. mín. – sm)	SALÁRIO BÁSICO MENSAL (194 horas) (em R\$)	VALOR/hora trabalhada (em R\$)
Encarregado	3,4	462,40	2,38
Oficial	2,2	299,20	1,54

¹¹⁹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 18.

¹²⁰ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 19.

¹²¹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 20.

½ Oficial	1,55	210,80	1,09
Servente	1,5	204,00	1,05
Vigia	1,5	204,00	1,05

Na Tabela 2, podemos analisar que o **Encarregado** é o intermediário entre os técnicos da prefeitura e a comunidade, e ganha 163,20 reais a mais do que o **Oficial**, mutirante responsável por fiscalizar diretamente as áreas reflorestadas. Isso, convertido para Salário Médio (SM), resulta em 5/4 de SM e essa diferença salarial é muito grande, já que o mutirão é uma atividade comunitária, resultado de uma parceria entre Estado e comunidade.

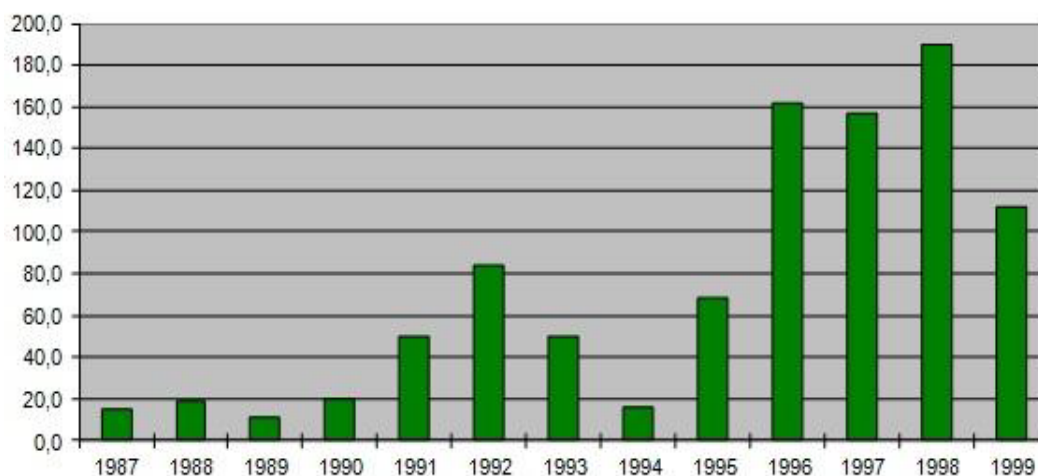
Essa disparidade grande entre o cargo de encarregado e o de oficial ocorre, porque o encarregado é eleito pela associação de moradores. Ele é a ponte entre os técnicos da Prefeitura e a comunidade. Os técnicos são uma representação do poder público dentro das comunidades. Portanto, estes necessitam de um intermediário para que sua entrada na comunidade aconteça de modo seguro, principalmente, por causa da criminalidade. Devido a esse fator, os encarregados recebem mais que os outros trabalhadores.

Um risco muito grande para a equipe técnica e para os trabalhadores no campo são os conflitos, relacionados à criminalidade, e as ameaças que eles podem sofrer, por parte do crime organizado.

Em relação às áreas reflorestadas, podemos ver, no Gráfico 1, a Produção Anual de Áreas Implantadas¹²² pelo mutirão, que o Fator Produtividade (FP), implantado em 1995, fez com que, nos anos seguintes, até o ano de 1998, as áreas de reflorestamento tivessem um crescimento muito maior por hectare do que a média dessas áreas, nos anos anteriores, quando essa variável de produção ainda não tinha sido implantada.

¹²² JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 21.

Figura 5 – Produção anual de áreas implantadas, em hectares (ha), com dados de 1987, até o mês de outubro de 1999¹²³



Fonte: JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro.*

No gráfico acima, podemos analisar que, após a implantação do sistema de pagamento baseado na produtividade do trabalhador, em 1995, as áreas reflorestadas dos anos seguintes, até 1998, têm um crescimento muito acima da média, em relação aos anos anteriores. Tal crescimento se dá em virtude desse sistema de pagamento, que coloca o fator produtividade em primeiro plano, em relação ao trabalhador, fazendo com que o resultado seja uma quantidade maior de área reflorestada.

Uma forma de medir o Fator Produtividade, na prática, é através do documento de recebimento de mudas (RFM), dado pela Prefeitura aos mutirantes, que fazem a retirada das mudas da Fazenda Modelo. Este documento, em conjunto com a extensão de área reflorestada, atesta o Fator Produtividade (FP) do trabalhador.

Percebemos, também, que, no ano de 1999, há uma queda no aumento das áreas reflorestadas. Isso acontece, porque as áreas desmatadas dentro das comunidades do Rio de Janeiro começam a se tornar menores. Assim, o fator produtividade das equipes de campo caiu, fazendo aumentar a manutenção das áreas reflorestadas.

Um objetivo inovador do Projeto Mutirão de Reflorestamento, no campo do trabalho, era o de que os mutirantes remunerados, durante ou ao final do processo do reflorestamento, estariam preparados para o mercado de trabalho, fazendo uma cooperativa. Contudo, o trabalho cooperativo só esteve presente na comunidade da Babilônia, até 2009.

¹²³ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 21.

Além disso, o projeto pretende, também, limitar a expansão das comunidades carentes em áreas de risco e de proteção ambiental. Em resumo, o projeto visa impedir a invasão das áreas reflorestadas para a construção de casas, detendo, assim, a expansão da comunidade¹²⁴.

Além dos objetivos ambientais gerais do Mutirão de Reflorestamento há, também, os específicos, que são: proteger os remanescentes da floresta natural, abrigar a fauna, proteger e regularizar os mananciais, fixar carbono no ambiente e embelezar a cidade, conhecida no mundo pela sua paisagem natural singular: “Moradores e visitantes, brasileiros ou estrangeiros, estão sempre a admirar a beleza das montanhas que se erguem para céu azul, sob o qual a cidade amanhece brilhando ao sol e anoitece nas luzes cintilantes das ruas e dos edifícios”¹²⁵.

Esse fragmento nos faz refletir sobre a beleza natural da paisagem do Rio de Janeiro, que chama a atenção, tanto dos turistas quanto dos seus próprios moradores. Essa beleza das montanhas, indo ao encontro do mar, é marca de uma cidade que se divide entre morro e asfalto.

¹²⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹²⁵ BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XV, nº 865, 25 de março de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>. Acesso em: 16 ago. 2019. [ISSN 1138-9796]

Figura 6 – A Favela da Rocinha em primeiro plano. Ao fundo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o bairro do Leblon (zona Sul da cidade do Rio de Janeiro)¹²⁶



Fonte: BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa.

A ilustração acima realça a visibilidade da cidade, que mistura o asfalto, o morro e a paisagem, aspectos que tornam o Rio de Janeiro uma cidade ímpar. Vemos, também, que o reflorestamento das comunidades fornece uma beleza natural construída, compondo o cenário de floresta, que é muito vendido, pelo ecoturismo, muito presente e muito procurado, pelos turistas.

Deste modo, a cidade consegue integrar as comunidades ao seu turismo, pelo Projeto do Mutirão de Reflorestamento. Tal integração é um pouco facilitada pelos líderes da comunidade, que veem o reflorestamento, não só, como uma forma de ajudar a impedir os desastres ambientais, mas, também, como forma de embelezamento, tido como **natural**, dessas comunidades.

Depois do reflorestamento, esse embelezamento **natural** passou a chamar a atenção do ecoturismo, que ganhou força dentro das comunidades, como, por exemplo, na comunidade

¹²⁶ BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XV, nº 865, 25 de março de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>. Acesso em: 16 ago. 2019. [ISSN 1138-9796]

do Vidigal, na zona Sul do Rio de Janeiro. Entretanto, este assunto será aprofundado no capítulo seguinte.

Silvia Salgado (1998)¹²⁷ acrescenta que o reflorestamento também tem como foco a prevenção da obstrução de rede de drenagem e o assoreamento de rios e de canais. Tal iniciativa acaba reduzindo as áreas de risco, presentes nas comunidades, e aumentando a proteção ambiental para essas pessoas, as quais poderão se sentir mais seguras, no local em que residem. Para a autora, a iniciativa do Mutirão buscava, basicamente, tentar solucionar a precariedade das zonas de habitação dos moradores, a instabilidade das encostas, que geram grande risco geotécnico, e, por fim, o projeto buscava preservar as áreas florestais ainda existentes nas comunidades.

As comunidades que desejam participar do projeto, pela ação de suas associações de moradores, passam por uma seleção, executada pelos técnicos da Prefeitura. Esta seleção é baseada nos seguintes aspectos: tamanho das áreas adjacentes à comunidade carente em questão; áreas desmatadas de encosta, com forte declividade, sujeitas à ocorrência de escorregamentos ou de rolamento de blocos rochosos, representando riscos à população a jusante¹²⁸; áreas que compõem bacias hidrográficas sujeitas a enchentes; áreas de risco ou de preservação permanente, ameaçadas pela expansão da área construída; áreas contíguas a unidades de conservação ou a áreas de preservação permanente¹²⁹.

Então, se a comunidade estiver dentro dos critérios descritos acima, o mutirão começa a ser executado. Esta seleção é feita, porque não é vantajoso, seja no quesito ambiental, seja no econômico, o investimento no reflorestamento de uma área que seja plana, sem risco de enchentes, em resumo, em áreas que não ofereçam risco para a população da comunidade.

Muitos críticos do Mutirão acham que o reflorestamento privilegia favelas da zona Sul, para as mesmas ganharem com o ecoturismo, mas eles estão enganados, porque o Mutirão teve seu projeto-piloto na favela de São José Operário, localizada na zona Oeste do Rio de Janeiro e o projeto também está presente em vários locais do subúrbio, como Serra do Barata, Morro do Alemão e Cantagalo. Contudo, concordo que, após a Rio-92, o projeto foi mais disseminado nas favelas da zona Sul, embora não tenha deixado de contemplar outras áreas da cidade.

¹²⁷ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAHA, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

¹²⁸ Jusante significa o lado pelo qual segue o curso de água. É o lado pelo qual vaza a maré.

¹²⁹ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 13.

Além da seleção descrita acima, outro fator muito importante, para o reflorestamento, foi a seleção das espécies de plantas. A intensa competição das mudas plantadas com gramíneas¹³⁰ invasoras, especialmente o capim-colonião (*Panicum maximum*), prejudica o estabelecimento e o desenvolvimento das plantas, porque a ocorrência desse tipo de capim é sinal de que o solo está empobrecido de nutrientes, aumentando, assim, o custo de manutenção dos plantios.

As mudas das espécies selecionadas são produzidas nos viveiros florestais e as sementes usadas são coletadas, a partir de mais de 450 árvores-matrizes, selecionadas e cadastradas. O principal viveiro florestal é o Centro de Produção de Essências Florestais, localizado na Fazenda Modelo, que utiliza, para essa seleção de espécies, uma sala de beneficiamento, um laboratório e uma câmara de armazenamento de sementes, para seu melhor acondicionamento, até que sejam plantadas.

Nos viveiros, acontece a coleta de sementes, que é feita por uma equipe de coletores móveis, em 1.400 matrizes cadastradas, de, aproximadamente, 155 espécies¹³¹. Essa coleta é feita nas árvores e, por isso, a equipe conta com quatro coletores. Depois, essas sementes serão estudadas, para atestar se elas conseguem se desenvolver em um ambiente tão desfavorável, como é o das encostas.

¹³⁰ Gramíneas são plantas da família de angiospérmicas e as mais conhecidas são a grama e o capim. São conhecidas popularmente como ervas daninha.

¹³¹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

Figura 7 – Coletores de mudas na Fazenda Modelo¹³²



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento

A seleção de espécies deve ser, portanto, um processo contínuo de avaliação, a fim de obter um melhor resultado possível, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Nesse sentido, é necessária a utilização de parâmetros silviculturais¹³³ e ecológicos, para realizar a melhor escolha. Alguns plantios realizados não tiveram um resultado eficaz, no sentido de estimular a regeneração natural do local, porque os parâmetros mencionados acima não foram considerados.

Foram selecionadas, pelos técnicos, 36 espécies básicas, divididas em 4 conjuntos balanceados de 9 espécies, sendo 6 pioneiras e 3 não pioneiras, ou que apresentassem comportamento análogo a um destes grupos ecológicos¹³⁴. Para a composição dos conjuntos, consideraram-se, ainda, a fenologia e o período de viabilidade das sementes, de modo que as espécies que compõem o mesmo conjunto pudessem ser produzidas no mesmo trimestre do ano. Outras características, como a caducifolia¹³⁵, a arquitetura e a densidade da copa também

¹³² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹³³ Parâmetros silviculturais: são parâmetros pré-estabelecidos pela silvicultura, que é a ciência que estuda os métodos naturais e artificiais de regenerar e de melhorar os povoamentos florestais e que compreende o estudo botânico das espécies, além da identificação, da caracterização e da prescrição da utilização de materiais.

¹³⁴ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

¹³⁵ As plantas caducifólias são plantas que caducam, ou seja, as folhas delas caem e esse processo ocorre no inverno e elas voltam a brotar na primavera.

foram levadas em conta, no intuito de obter um conjunto harmonioso, heterogêneo e que proporcionasse a melhor cobertura possível do terreno, ao longo do ano¹³⁶.

O ANEXO C traz uma listagem básica e o número de espécies produzidas. A escolha das espécies é baseada nas condições peculiares do local em que serão inseridas.

Nessa listagem, podemos ver que não existem só plantas oriundas da Mata Atlântica, mas, também, plantas frutíferas. A inclusão das espécies frutíferas tem como objetivo o aumento de importância das áreas reflorestadas, pois, com árvores frutíferas, a interação entre a população da comunidade e as áreas reflorestadas será maior, porque os moradores vão poder colher frutos dessas áreas. Além de agregar valor ao local, as árvores frutíferas podem, mesmo indiretamente, complementar a alimentação desses indivíduos.

Todo esse cuidado, para com a seleção de plantas para o reflorestamento das encostas, se deve aos objetivos que seguem: estabilização mecânica do solo, reduzindo os riscos de deslizamentos e de rolamentos de blocos rochosos; prevenção da obstrução da rede de drenagem e de assoreamento de rios e canais, reduzindo a ocorrência de enchentes; regularização do regime hídrico das bacias; redução da ocorrência de incêndios florestais; formação de corredores ecológicos, visando restabelecer o fluxo gênico entre os fragmentos florestais; e proteção de unidades de conservação e de remanescentes florestais¹³⁷.

Tais objetivos são muito esperados pela população que mora em área com risco de deslizamento e que é exposta a riscos ambientais. Por causa disso, as metas para o reflorestamento de encostas se justificam, isto é, pela segurança ambiental da comunidade.

A topografia, o relevo acidentado, os muitos acidentes causados por deslizamentos ensinam aos cidadãos que o desmatamento é um “grande inimigo a ser vencido e causa significativa dos problemas enfrentados pelos cariocas em geral e pelos habitantes dos morros em particular¹³⁸”.

Esse depoimento, dado pelo engenheiro florestal Celso Junius F. Santos, que foi o coordenador do projeto em seu início, atesta que os moradores veem o Mutirão e, especificamente, o reflorestamento das encostas, como um projeto que irá tirar os grandes riscos e problemas que as encostas sem cobertura vegetal trazem a esses moradores.

¹³⁶ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 14.

¹³⁷ JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000. p. 9.

¹³⁸ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

Silvia Salgado (1998)¹³⁹ escreveu que todas as áreas reflorestadas e os limites estabelecidos entre estas e a construção de casas são respeitados e permanecem intactos, após o reflorestamento¹⁴⁰. Desse modo, não há a expansão da comunidade nas áreas que eram de risco, porém, quando os mutirantes concluem a etapa da manutenção, é possível perceber que as áreas em que se obteve a cobertura vegetal são invadidas, novamente.

Por isso, a Prefeitura, com a ajuda dos mutirantes, tenta fiscalizar essas áreas. Caso contrário, elas são desflorestadas e invadidas, novamente, resultando nos mesmos riscos ambientais do passado, como, por exemplo, enchentes, deslocamento de blocos e de terra.

Em virtude das reinvasões das áreas reflorestadas, vemos a importância da educação ambiental, que é feita pelo Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento (PEAR)¹⁴¹, em parceria com as escolas públicas locais, com o objetivo de conscientizar as crianças e os pais para respeitarem e não invadirem novamente as áreas reflorestadas, para que o risco ambiental não volte a ser um medo constante, dentro das comunidades.

O reflorestamento de qualquer área envolve a seleção de espécies, a implantação e a manutenção. A fase da implantação do projeto, cuja duração é de, aproximadamente, um ano¹⁴², é feita com mão de obra local, sob supervisão de um engenheiro florestal e de um encarregado de campo, utilizando a técnica de plantio em curvas, como mostra a figura abaixo.

¹³⁹ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

¹⁴⁰ SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

¹⁴¹ Programa de Educação Ambiental de Reflorestamento, cuja definição se encontra no Capítulo 3.

¹⁴² SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

Figura 8 – Área de implantação do Mutirão de Reflorestamento no Morro do Barata¹⁴³



Fonte: COHEN, Marcos. Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro. 2007

A ilustração acima nos mostra que o reflorestamento é feito em linhas de plantio em curvas, para evitar a erosão do solo e o deslizamento de terra, muito comum, durante os períodos de chuva com o encharcamento de terra.

A Tabela 3 mostra o Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare de terra, para a implantação do projeto, bem como mostra quais etapas da operação precisam ser executadas, durante esse momento do projeto.

Tabela 3 – Rendimento Mínimo Estimado (RME) por hectare, na fase de implantação¹⁴⁴

Operação	Quant/há	HH normal	HH pesado	HH/ha normal	HH/ha pesado
Acirramento(m ²)	1000	20	13	50	77
Roçada (m ²)	10.000	75	50	134	200
Capina em faixas (m ²)	5.000	18	12	278	417
Enleiramento (m ²)	5.000	110	70	46	72
Coveamento (un)	2.500	9	6	278	417
Adubação (un)	2.500	95	95	27	27
Plantio (un)	2.500	15	15	167	167
Transporte encosta	1.040.000	9000	6400	115	162

¹⁴³ COHEN, Marcos. Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

¹⁴⁴ COHEN, Marcos. Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

acima (un)					
TOTAL				1095	1539

A parte da manutenção é quando ocorre um conjunto de operações, que vai do final da implantação, até a formação de uma cobertura florestal, que proteja totalmente a superfície do terreno. Essa fase dura, em média, três anos.

A manutenção segue algumas etapas específicas, que são limpeza de aceiros, roçada, capina em faixas, replantio, combate a pragas, desbastes¹⁴⁵, podas e enriquecimento. Esses passos são feitos, a partir das condições do solo e de características locais.

Tabela 4 – Rendimento Mínimo Estimado (RME) por área em manutenção¹⁴⁶

Operação	Quant/ha	HH normal	HH pesado	HH/ha normal	HH/ha pesado
Acirramento (m ²)	1000	28	19	36	53
Roçada (m ²)	5.000	90	60	56	83
Capina em faixas (m ²)	5.000	25	17	200	294
Enleiramento (m ²)	5.000	120	80	42	63
Coveamento (un)	375	13	10	29	38
Adubação (un)	375	95	95	4	4
Plantio (un)	375	15	15	25	25
Transporte encosta acima (un)	200.000	6400	6400	32	32
TOTAL				424	592

A Tabela 4 nos faz refletir sobre como se procede, durante o período de manutenção. Ela também nos mostra que existe uma área mínima que o projeto precisa para ser executado, haja vista que muitas plantas acabam morrendo. Portanto, os mutirantes têm que plantar um excedente, já que sabem que existe uma perda de mudas, durante o período de manutenção.

Comparando as Tabelas 4 e 5, podemos ver que o total de hectare normal e o pesado, no período de implantação, é muito superior ao do período de manutenção. Isso acontece, porque, durante o momento da implantação, muitas plantas não vingam, por diversas causas,

¹⁴⁵ Desbaste: cortes seletivos feitos normalmente em povoamentos jovens, que visam a retirada de árvores defeituosas e dominadas para incrementar o crescimento em diâmetro e em altura, pela maior exposição ao sol.

¹⁴⁶ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

como, por exemplo, pragas, inclinação, fogo, criação de animais, etc., e, em virtude disso, há uma disparidade entre estes números.

Até 2003, o total de trabalhadores estimado pelo Mutirão de Reflorestamento, na etapa de implantação, era de 516 trabalhadores e na fase de manutenção, 338, totalizando 854 trabalhadores. O projeto atuava em mais de cem comunidades, até o ano em questão, e a equipe era composta por 65 agentes ambientais, que são vinculados à Prefeitura e que não são moradores das comunidades¹⁴⁷.

Em 2003, o projeto atendia 107 comunidades, espalhadas por todo o município do Rio de Janeiro, tendo reflorestado, aproximadamente, uma área de 1.600ha, na qual foram utilizadas 3.900 mudas de plantas¹⁴⁸.

Segundo dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), através do Programa foram reflorestados aproximadamente 1.700,00 ha, atendendo a 116 comunidades destruídas pela cidade. Dos 116 projetos, 77 estão em fase de manutenção, possuindo 4 equipes de manutenção atendendo 13 comunidades, 39 estão em fase de implantação. O programa também conta com equipe de agentes ambientais, 4 unidades de produção de mudas e uma equipe de coleta de sementes. O total de mudas plantadas no Programa Mutirão Reflorestamento é superior a 4 milhões (SMAC)¹⁴⁹.

Esses dados são de 2006 e a autora nos faz ver o quão grande é o Projeto Mutirão de Reflorestamento, em apenas 20 anos de existência. Isso mostra que esse programa teve um saldo positivo, dentro da perspectiva ambiental. A engenheira florestal Danielle Santos demonstra que existe uma forte inserção do projeto nas comunidades, já que ele conseguiu atingir, em pouco tempo, 116 comunidades, com pequena ou mínima presença do Estado.

O número estimado de mudas plantadas, que é superior a 4 milhões, apresentado no fragmento acima, nos faz analisar que o grande número de mudas plantadas está diretamente ligado ao sucesso da parceria entre a associação dos moradores de cada comunidade e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Tal sucesso se deve, em grande parte, pelo trabalho do encarregado, que é o ponto de apoio dos técnicos e da Associação de Moradores e que

¹⁴⁷ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹⁴⁸ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹⁴⁹ SANTOS, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

mantém a boa relação entre as partes, o que resulta nas mudas serem plantadas mais rápido e na obtenção de uma extensão mais rápida da cobertura vegetal na comunidade.

O Projeto do Mutirão de Reflorestamento enfrenta algumas dificuldades, desde o seu início, como, por exemplo, a desmobilização comunitária, que é um dos grandes problemas enfrentados pelo Projeto, já que, para o seu sucesso, a comunidade precisa estar engajada. Outro problema corriqueiro é o corpo técnico subdimensionado, pois sem um número mínimo de técnicos treinados para a execução do Projeto, o reflorestamento está destinado ao fracasso.

Outros obstáculos mais comuns são alheios ao Projeto. Por exemplo, há casos de incêndios, cujos índices aumentam, durante o período de festas juninas. Há também o risco de violências, feitas pelos agentes do tráfico contra os técnicos da Prefeitura, porque o mutirão pode ser interpretado como uma brecha para o Estado voltar a dominar a comunidade e as áreas reflorestadas podem ser usadas pelo tráfico para a desova de corpos.

Finalmente, outro fator é a criação de animais em encostas, que dificulta o reflorestamento, porque esses animais podem acabar pisando nas mudas ou, então, seus donos podem abrir pequenas clareiras para a criação, quando já se têm as árvores.

Além da restauração do ecossistema dos mangues e da proteção das encostas, o Mutirão tem como objetivos, também, a redução da poluição do ar; a melhoria climática e fixação do CO₂; a recomposição da paisagem natural; a limitação da expansão das comunidades carentes nas áreas de risco ou de proteção ambiental; o fornecimento de proteção, de abrigo e de alimento à fauna silvestre; a recomposição dos ecossistemas atlânticos, revertendo o processo de perda da biodiversidade.

Segundo Santos (2006)¹⁵⁰ pode-se observar, em reflorestamentos bem estabelecidos, a diferença climática, a conscientização dos moradores, a diminuição de detritos, o retorno da fauna, a diminuição de incêndios e a limitação de áreas das favelas, que deixam de se expandir. A autora toma, como exemplo, a favela da Posse, localizada em Campo Grande no subúrbio carioca.

A partir dessa observação, podemos concluir que, tanto os objetivos gerais quanto os específicos do Mutirão foram alcançados. O projeto conseguiu, também, projeção mundial, ganhando prêmios notórios. Por exemplo, foi selecionado pelo *Projeto Megacidades* (ONU, 1990) para integrar a publicação *Environmental Innovation for Sustainable Mega-Cities: sharing approaches that work*. Também foi selecionado entre as *100 Experiências Brasileiras de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21* (MMA, 1997), entre os 20 melhores projetos no

¹⁵⁰ SANTOS, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

Concurso Gestão Pública e Cidadania (Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, 1997), e para integrar o banco de dados mundial *Best Practices and Local Leadership Programme* (UNCHS-Habitat, 1998), membro oficial do Planet Society – UNESCO. Além desses, o Projeto Mutirão de Reflorestamento recebeu os prêmios CREA-RJ de Meio Ambiente (1998), Projeto Modelo, pela Society for Ecological Restoration (SER, 1999) e Metropolis Award (Seul, 2002)¹⁵¹.

Portanto, observa-se que o Mutirão passou por várias mudanças, na esfera trabalhista, para obter resultados mais satisfatórios nas regiões reflorestadas e para alcançar seu principal objetivo, que era o de criar uma barreira de proteção ambiental para evitar deslizamentos de terra e deslocamentos de blocos, sem deixar de atender, também, ao principal alvo da Prefeitura, que era o controle da expansão das comunidades.

O programa tem um sucesso muito grande, no quesito ambiental e é reconhecido no mundo, por sua eficiência na cobertura de proteção ambiental de encostas e na restauração do ecossistema de mangues.

¹⁵¹ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

3 O MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO NO VIDIGAL E SUAS RAMIFICAÇÕES NA FAVELA

Neste capítulo, a política pública do Mutirão de Reflorestamento terá um cenário, porque, para abordar qualquer estudo que envolva pessoas, temos que, primeiramente, verificar e entender as nuances do território com o qual elas se relacionam. Em virtude disso, será resgatada a história do Morro do Vidigal para entendermos o motivo pelo qual o projeto entrou nessa favela.

A despeito de diferentes roupagens, sempre de acordo com um contexto histórico específico, o favelado foi um fantasma, um outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada, presidida pelo higienismo, pelo desenvolvimentismo ou, mais recentemente, pelas relações autorreguláveis do mercado pela globalização¹⁵².

O texto acima nos faz entender como é forjada a identidade do morador da favela, ao longo da história do Rio de Janeiro, e o contexto histórico em que este cidadão está inserido, mostrando, também, a luta dele para ter reconhecida a relevância de seu papel para a construção da cidade.

Dentro desse contexto histórico, o morador da favela passou, na visão das autoridades, de um fantasma para um problema, sendo, hoje, uma engrenagem muito relevante do contexto econômico global, não só para a sua comunidade, mas, também, para a cidade, através do turismo.

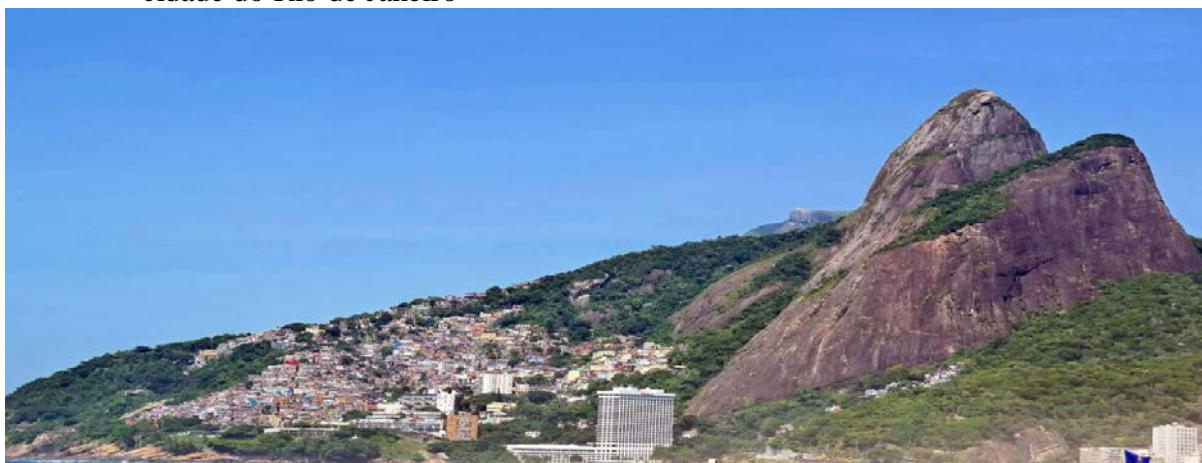
O turismo em favelas e em locais pobres não é algo novo, porém o Projeto Mutirão de Reflorestamento deu uma nova moldura para este turismo, sobre o que irei falar mais adiante. Contudo, para entendermos melhor a comunidade do Vidigal, precisamos olhar para a história dessa favela e, também, para a sua localização, pois sua geografia é ímpar, em relação às outras.

¹⁵² ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

3.1 Um breve retrato histórico do morro do Vidigal

O Vidigal fica localizado na zona Sul da cidade, sendo palco de várias manifestações artísticas, berço da companhia de teatro **Nós do morro** e foi cenário, atualmente, de um videoclipe feito pela cantora de *funk* Annita, que deu maior reconhecimento e popularidade à comunidade no exterior. Esta favela possui uma visão privilegiada do mar, como podemos ver na ilustração que segue. Esta comunidade fica localizada na Avenida Niemeyer, que liga São Conrado ao Leblon, bairros de classe média alta e alta da cidade.

Figura 9– Imagem do Vidigal, na qual se observam sua localização e sua visão privilegiada da cidade do Rio de Janeiro¹⁵³



Fonte: ARAÚJO, Leo. Costa em Morro do Vidigal.

Com este território privilegiado, o Vidigal passou por várias tentativas de remoção e de resistência, durante a sua história, e sua comunidade também já experimentou as mais diferentes visões, por parte do poder público.

A ocupação da favela começou em 1941. Os primeiros moradores construíram suas casas nas proximidades da Avenida Niemeyer, até a praia do Vidigal, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton, um dos mais luxuosos da cidade. Em 1950, a Avenida Niemeyer foi aumentada e os moradores da parte baixa foram removidos para a parte alta da via.

Desse modo, as ocupações da parte superior da via foram iniciadas na antiga estrada do Tambá, que, atualmente, é a Avenida João Goulart, rua que corta toda a favela, iniciando na Niemeyer e indo até o topo.

¹⁵³ ARAÚJO, Leo. *Costa em Morro do Vidigal*. Disponível em: www.minube.com/fotos/rincon/3663339. Acesso em: 09 dez. 2015.

As décadas de 1950 e 1960 foram fortemente marcadas pelas políticas de remoção de favelas, principalmente as situadas na zona Sul¹⁵⁴, com o objetivo de urbanizar e de motivar o mercado imobiliário desta zona da cidade. Com o Vidigal, não foi diferente, pois ele também estava na mira dessa política.

Em 1958, a comunidade começou a ser ameaçada de despejo pela Empresa Melhoramentos do Brasil e formou-se uma comissão de moradores para impedir o despejo de seus residentes¹⁵⁵.

Em 1967, o proprietário de um terreno no qual a favela se situava entrou na justiça com uma ação de reintegração de posse, cujo resultado foi a proibição dos moradores de fazer melhorias em suas casas, além de proibir a construção de novas moradias. Nesse mesmo ano, foi criada a Associação de Moradores do Vidigal, com o objetivo de reverter a situação.

No mesmo ano, a Associação ganhou uma permissão para consertar os barracos, mas, em contrapartida, a associação tinha que fiscalizar a construção de novas casas, pois essas eram proibidas. Em virtude disso, houve pouco apoio, por parte da comunidade, e sua atuação foi enfraquecida.

Além da falta de apoio, por parte da comunidade, o presidente da associação era muito visado, por causa de sua popularidade na favela, e seus moradores também eram vistos como alvos, durante o período da Ditadura Civil-Militar, quando se posicionavam contra as políticas de remoção, resultando em desaparecimentos e em prisões arbitrárias. Então, isso também pode ter-se tornado um forte argumento para o esvaziamento da associação, pois ninguém queria se tornar alvo do regime.

No ano de 1968, iniciou-se a construção do Hotel Sheraton. A administração do hotel tentou privatizar a praia que fica abaixo do local em que se situa o empreendimento, porém os moradores ganharam na justiça o direito de frequentá-la¹⁵⁶.

Depois de anos de tranquilidade, os moradores da favela voltaram a ser ameaçados por uma remoção. No final dos anos 1970, uma parte do Vidigal foi vendido para a empresa Rio Tower, para a construção de outro hotel de luxo. Com isso, houve nova tentativa de remoção de alguns moradores.

¹⁵⁴ Esse assunto foi abordado no Capítulo 1.

¹⁵⁵ VIVARIO. *Favela tem memória*. Disponível em: <http://favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 19 jan 2016.

¹⁵⁶ ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Figura 10 – Manchete de O Globo do dia 31 de dezembro de 1977 (p. 9)¹⁵⁷



Fonte: O GLOBO. *Acervo do Globo*.

A Ilustração acima ilustra notícia veiculada pelo jornal *O Globo*, em 31 de dezembro de 1977, que mostra um decreto feito por Faria Lima para remover os moradores da favela. Essa notícia surpreendeu os moradores, pois equipes da Prefeitura foram enviadas para derrubar os primeiros barracos e levar as famílias para Antares, um conjunto do BNH¹⁵⁸.

A Associação de Moradores, junto ao advogado Aloísio Teixeira, conseguiu uma ordem judicial que adiou as remoções. Tal adiamento forneceu o tempo necessário aos moradores para procurarem o apoio da Pastoral de Favelas da Igreja Católica, que se uniu à luta.

O Colégio Stella Maris foi um espaço cedido, no qual foram feitas as reuniões e foi oferecida assistência financeira para os custos do processo. Segundo Maria Christina Sá, assessora do cardeal Dom Eugênio Salles, na época, que se pronunciou contrário à remoção, afirma: “O Colégio Stella Maris teve participação importantíssima. Lá, foram feitas todas as

¹⁵⁷ O GLOBO. *Acervo do Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019771231>. Acesso em: 17 de abril de 2018.

¹⁵⁸ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

reuniões, abrigadas as pessoas necessitadas, recolhendo os donativos – era realmente um ambiente de verdadeira fraternidade¹⁵⁹.

A Prefeitura, em sua defesa, utilizou o argumento ambiental, que consistia no alto risco de desabamento no local, porém os moradores, por sua vez, descobriram um projeto de construção de um hotel. Este projeto foi a público e, assim, eles conseguiram apoio de políticos, de artistas, de cantores e de diversos grupos, ligados à Igreja Católica.

Um exemplo de cantor que morava na favela e que participou da resistência foi Sérgio Ricardo, e Ney Matogrosso fez um show no Stella Maris, para ajudar a associação a arrecadar recursos financeiros.

A Pastoral de Favelas montou uma equipe de juristas, que tinha Elyana Athayde, que relatou:

Lembro como se fosse hoje quando Arnaldo [de Almeida Lima, presidente da associação de moradores na época] nos procurou para pedir ajuda. Os moradores já haviam tentado de tudo, até colocar crianças na rua para evitar a destruição dos barracos¹⁶⁰. (inserção nossa)

Nesta fala, é perceptível o desespero dos moradores, que utilizavam crianças para impedir as ações de remoção da Prefeitura e não obtinham sucesso. Por isso, era muito importante haver a proteção judicial da comunidade e, para isso, precisavam da assistência jurídica que foi oferecida pela Pastoral das Favelas.

Com as ações judiciais, o jurista Bento Rubião conseguiu medidas cautelares, como exposto, no fragmento abaixo:

Quando o Bento Rubião entrou no caso ele conseguiu logo de cara uma ação que suspendia as próximas tentativas de remoção. E foi assim durante meses. Eles vinham para derrubar e a gente já tinha uma medida cautelar preparada. Era só mostrar os papéis que ninguém podia fazer nada¹⁶¹.

Neste fragmento, vemos a força da ação jurídica frente às remoções. Assim, o prefeito Marcos Tamoio e o governador Faria Lima, que eram a favor da remoção, não obtiveram

¹⁵⁹ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

¹⁶⁰ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

¹⁶¹ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

êxito. Contudo, houve moradores que não entraram com ações e, em virtude disso, foram removidos para Antares.

Em 1978, foi decretada a desapropriação de terrenos, para fins sociais, assinada pelo governador Chagas Faria, que acabou finalizando essa disputa e afastando o fantasma de novas remoções.

Durante a visita do Papa João Paulo II ao Vidigal, em 02 de julho de 1980, em que o pontífice fez um sermão sobre o compromisso da Igreja com os pobres e contra as desigualdades sociais, muito visíveis na cidade do Rio de Janeiro. Em virtude da visita papal, o Vidigal passou por obras de melhorias, que incluíram reforma nas escadarias, entre outras.

Contudo, mesmo nesse cenário de remoções e de ações judiciais, o Vidigal sofreu uma invasão, por parte do tráfico de drogas. A facção do Comando Vermelho (CV) se instalou na favela, impondo seu poder.

3.2 O início do Projeto Mutirão de Reflorestamento no morro do Vidigal

A degradação de um ecossistema caracteriza-se pela perda da resiliência, da estabilidade do ambiente, da biodiversidade, diminuição das formas de propagação, entre outros fatores. Esta pode ser causada por motivos naturais e/ou humanos e o nível da degradação varia, de acordo com o tempo e a forma como a área está sendo utilizada¹⁶².

Segundo Moraes (2013), autor do fragmento acima, a degradação do meio ambiente pode ocorrer por motivos naturais, como, por exemplo, um terremoto, ou pela ação do ser humano. No caso do Rio de Janeiro, esses motivos andam juntos, pois a expansão urbanística desordenada e as fortes chuvas, que caem sobre a cidade do Rio, no verão, foram as ferramentas básicas para a ocorrência da degradação de ecossistemas.

Essa expansão urbanística, focando nas favelas, foi executada de forma desordenada, pois o histórico dos programas de urbanização da cidade tinha, como objetivo, a retirada da classe baixa dos bairros que são os cartões postais. Visto isso, relembramos do programa de remoção das favelas, que tinham o objetivo de tirar os moradores desses locais para bairros afastados de seus locais de trabalho e com infraestrutura inferior à que eles tinham acesso.

¹⁶² MORAES, L. F. D.; ASSUMPÇÃO, J. M.; PEREIRA, T. S.; LUCHIARI, C. Manual técnico para a restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 84 p.

A consequência desse programa foi um aumento demográfico nas comunidades que não foram removidas, ocasionando a derrubadas de árvores e a construção de casas em encostas. Porém, a falta de fiscalização, por parte do Estado, nessa região, na qual seu poder é limitado pelo tráfico de entorpecentes, resultou em várias mortes, ao longo dos anos.

Os anos 1990 foram marcados por grandes chuvas, que acarretaram grandes consequências para cidade e para seus moradores, que tiveram que conviver com enchentes e com desabamento de barragem.

Figura 11 – Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1996, Rio de Janeiro (capa)¹⁶³



Fonte: JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil S.A 1996.*

O recorte do *Jornal do Brasil* de 14 de fevereiro de 1996 nos mostra a fragilidade da cidade, frente às chuvas fortes. Esta fragilidade não assola, somente, as favelas, como mostra a imagem acima, mas a toda cidade, em virtude da pouca eficiência dos mecanismos de

¹⁶³ JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil S.A 1996.* Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1996_00323.pdf Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

drenagem. Esta chuva durou oito horas, deixou o Rio de Janeiro debaixo d'água e matou 21 pessoas.

Esta chuva, além de criar o caos exposto acima, foi um problema muito grande nas favelas, principalmente, no Vidigal, em que uma barragem atingiu alguns barcos, levando alguns moradores a óbito.

Figura 12 – Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1996, Rio de Janeiro, Caderno Cidade (p. 3)¹⁶⁴

ARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 1996

CIDADE

JORNAL DO BRASIL

VIDIGAL

Barracos são soterrados no morro e seis crianças morrem, duas delas na frente da mãe



Moradores iniciaram o trabalho de resgate das vítimas no Vidigal, e só mais tarde os bombeiros chegaram; até a noite, uma mulher de 24 anos, grávida de dois meses, estava desaparecida sob os escombros

“Eles sumiram na lama”

Parecia uma manhã como outra qualquer. Mas havia chovido a noite toda. Daniel Corrêa de Oliveira, de 25 anos, estava deitado na sala vendo televisão à espera do café da manhã. Na cozinha, a mulher Marilene Fontes de Souza, de 20 anos, e a prima Maria das Graças, de 28, preparavam cus-cuz. O filho de Marilene, João Pedro Fontes de Souza, de 2 anos, assistia impaciente. De repente, tudo desmoronou. “Foi tão rápido como acender uma luz”, descreveu Daniel, que na hora do deslizamento foi atirado para fora da casa e acabou tendo o braço direito imprensado contra o muro da casa. Seis crianças morreram no Vidigal.

No hospital, Daniel levou apenas dois pontos e teve o braço enfaixado. Marilene, a prima e João Pedro, que sofreu traumatismo craniano, também foram projetados: ladeira abaixo pela força da água e caíram no jardim da casa em frente. Ninguém morreu. Um pouco de sorte no meio de tanta tragédia. Ontem, pela manhã, no alto do Morro do Vidigal, na área conhecida como Índia, seis crianças morreram em consequência de um desmoronamento que destruiu totalmente seis casas e danificou duas: os irmãos Leandro Bernardo de Jesus, de 8 anos, Ana Carolina Bernardo, de 5 e Rafael Bernardo de Jesus, de 11, Wallace Fernandes Evangelista, de 12 e o irmão Isaias Fernandes Evangelista, de 10, e Ronaldo Souza Oliveira, também de 10. Vinte e duas pessoas ficaram feridas.

Entre os escombros, eles conseguiram encontrar Alves de Souza, de 62 anos, também teve sorte. De pouca idade, sua casa foi uma das poucas que resistiu ao desabamento. “Nunca pensei que isso poderia acontecer”, disse. Há seis meses, ele trocou de casa com uma vizinha e foi morar na Índia, pois considerava o local mais seguro e com um terreno maior para a construção de novos barracos. Severino foi um herói do momento. Ele conseguiu resgatar dos escombros crianças, João Pedro e Messias de Freitas, ano. O papel de herói, no entanto, durou pouco. Além de ter perdido a televisão e a geladeira destruídas na tragédia, Severino, a mulher Igerone da Conceição e a filha Andréia G. Cunha foram obrigados, no início da tarde, a arrumar as malas e mudar. “Por enquanto vou para a casa de algum parente, depois quem sabe volto para casa”.



Daniel de Oliveira teve o braço imprensado contra o muro mas, ainda assim, ajudou a salvar vidas

ANATILDE BERNARDO DE JESUS, DONA DE CASA

Fonte: JORNAL DO BRASIL. Jornal do Brasil S.A 1996.

¹⁶⁴ JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil S.A 1996*. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1996_00323.pdf Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

A matéria acima, também do *Jornal do Brasil*, expõe, especificamente, as consequências da chuva para a favela do Vidigal, em que morreram seis crianças, em virtude de um deslizamento de terra.

Após esta chuva, a Associação de Moradores solicitou, junto à Prefeitura, o início do processo de avaliação técnica para a implantação do programa de reflorestamento na comunidade. O local no qual ocorreu este deslizamento foi o ponto inicial do Mutirão de Reflorestamento¹⁶⁵ e os destroços do barraco são expostos e lembrados no guiamento dos visitantes, pelos mutirantes.

Trabalho com o projeto de reflorestamento há 15 anos. É gratificante poder contribuir para reverter a situação de degradação ambiental das comunidades. Além do plantio, são desenvolvidas políticas de educação ambiental para que a área não seja mais depredada. Aqui no Vidigal plantamos cerca de 20 hectares, o lugar hoje é lindo¹⁶⁶.

O depoimento acima, de Sérgio Moreira Melo, encarregado do Mutirão de Reflorestamento do Vidigal, mostra que a educação ambiental é muito presente na comunidade e ela se concretiza, através de visitas e de plantações de mudas, pelas crianças de colégios e de creches, na área de reflorestamento.

3.3 A relação dos técnicos e dos mutirantes

A relação entre os técnicos e os mutirantes é baseada no diálogo, pois os técnicos têm o conhecimento dos procedimentos de plantio, enquanto os mutirantes detêm o conhecimento sobre as pessoas e sobre a comunicação com a comunidade. Quando esses conhecimentos se complementam, o resultado é o respeito e a não invasão das áreas reflorestadas.

Segundo Alfredo, engenheiro florestal e técnico da prefeitura:

Um dos maiores ganhos do Mutirão, pra mim, não foi nem o ganho ambiental, mas foi o ganho de a comunidade não crescer em direção a área de risco. Porque em todas as áreas que entramos nós limitamos a área de risco e se manter o mutirão

¹⁶⁵ Tal fatalidade ainda é lembrada pelos mutirantes, quando eles estão guiando os visitantes ou as escolas, no local, e mostram o alicerce da casa que foi derrubada com o deslizamento. Eles fazem questão de deixar a base da casa exposta, para lembrar dessa marca dolorosa do passado e do início do programa.

¹⁶⁶ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Refrescando a Memória*. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/refrescando/reflorestamento/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

então não há invasão, porém se tirar o projeto de atuação dessas áreas aí elas serão invadidas novamente¹⁶⁷.

Logo, segundo Alfredo, o maior impacto do projeto é a preservação da área de reflorestamento, que se efetua através da presença dos mutirantes, que, em contato com a Prefeitura, conseguem manter locais com risco de desabamento sem habitações, o que diminui o risco de feridos e até de morte, se houver desmoronamentos.

Contudo, aponta um ponto negativo do programa, que é a necessidade da presença constante dos técnicos da Prefeitura, podendo ser, até mesmo, uma pequena equipe de mutirantes, só para manter presença e para que a área não seja invadida, colocando a vida dos moradores em risco, novamente.

Outro problema no Vidigal é a entrada de comerciantes que desejam se estabelecer na área de reflorestamento, pois ela dá acesso à trilha do Mirante do Vidigal, que é local de passagem para muitos turistas. Desse modo, há uma disputa por esse mercado e pela área.

Este movimento entre o velho e o novo acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer¹⁶⁸.

Segundo Luchiari (1998), o turismo consegue eleger novas paisagens, que eram esquecidas, anteriormente, como no caso da trilha para o Mirante do Vidigal, que era um local de passagem. Porém, com o reflorestamento, esse local ganhou novos olhares e se tornou valorizado. Logo, uma região valorizada tem conflitos, como, por exemplo, o citado acima.

Em virtude dessa disputa por território, resultado da rentabilidade do turismo na região e pela área não ter concorrentes, a questão do discurso da preservação ambiental torna-se preponderante, por parte dos agentes públicos e dos gestores municipais, pelo que a Prefeitura, através da SMAC, resolveu criar uma placa, com o objetivo de informar aos turistas que a trilha é área de reflorestamento. Em 2005, as placas começaram a ser colocadas e há relatos, até 2009, a respeito de constantes discussões sobre o assunto. Por esse método, qualquer pessoa que tente estabelecer algum comércio no local estará cometendo crime ambiental, já que áreas de preservação ambiental não admitem quaisquer invasões.

¹⁶⁷ Alfredo, engenheiro ambiental do Programa Mutirão de Reflorestamento da Prefeitura do Rio de Janeiro.

¹⁶⁸ LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: Um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. *Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico*. Fortaleza: FUNECE, 1998. p. 15-29.

Figura 13 – Placa localizada no Vidigal, que informa sobre a proibição de atividades que configuram Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998)¹⁶⁹



Esta placa relata alguns tipos de crimes ambientais, que, se praticados por pessoa jurídica ou física, acarretarão punições, na forma da lei. Os artigos 38 e 38A da Lei Federal 9.605/1998 explicitam algumas formas de crime ambiental contra a flora:

(...)

Artigo 38- Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

Artigo 38 A- Destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

(...)¹⁷⁰

¹⁶⁹ Foto tirada pela autora.

¹⁷⁰ BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 11 dez. 2015.

Através desses artigos da Lei Federal 9.605/1998, transcritos acima, podemos verificar que o conceito de área reflorestada está mencionado, quando se refere à área de preservação permanente ou em formação, que são os caso do reflorestamento e da danificação de vegetação primária ou secundária de regeneração da Mata Atlântica, espécies plantadas pelo Mutirão de Reflorestamento. Logo, esta lei é uma ferramenta para proteger essa área tão cobiçada no Vidigal.

Porém, às vezes, a sinalização é ignorada por alguns e há danificação das mudas. Em virtude disso, os próprios mutirantes resolveram fazer um caminho, uma espécie de trilha, para os turistas passarem e para diminuir os problemas causados pelo trânsito de pessoas.

Vemos que o trânsito de pessoas é bastante prejudicial à recuperação ambiental, pois muitos turistas não têm consciência de que a área em que estão é um local de reflorestamento. Por isso, também, a placa acima foi colocada, para informar que eles não podem danificar essas áreas.

No depoimento de José Carlos, mutirante do Vidigal, vemos uma crítica à proteção das áreas reflorestadas:

“A comunidade sempre respeitou até uma certa parte ... de vez em quando temos um problema aqui ou ali de pessoa que entra e sobe aqui, mas atualmente que tem muitos gringos subindo aqui porque as pessoas querem chegar e mexer em uma coisa ou outra e nós estamos aqui para orientar. Esses são os pequenos atritos que você pode encontrar que não temos como resolver né até porque vem passear só e se não estivermos no momento e eles chegam e quebram árvores então quem foi? Não sabemos porque estão subindo”. (Depoimento de José Carlos, mutirante do Vidigal da categoria servente)

Através desse depoimento, vemos que um problema constante, para o reflorestamento, é o ecoturismo, especialmente, no caso da favela do Vidigal, em virtude dos turistas, que se encantaram com a vista do Mirante do Vidigal. Contudo, algumas vezes, eles não entendem ou não respeitam as áreas reflorestadas e, por esse motivo, os mutirantes e técnicos precisam ficar atentos, em especial, na parte reflorestada.

Milton Santos¹⁷¹ irá aprofundar a discussão sobre o ecoturismo, dizendo que a globalização tem efeitos locais, pois, antes, o local tinha o tempo mais lento, em relação ao tempo global, que era considerado mais rápido. Contudo, o advento da globalização e, com ela, a criação de redes mundiais, acabou retirando o caráter de tempo lento do local e o transformou em rápido.

¹⁷¹ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Dentro dessa perspectiva, observamos que a narrativa do mutirante José Carlos diz muito sobre esse conflito do tempo local, que seria mais lento, e que as árvores do reflorestamento conseguiriam ficar grandes e fortes, porque a comunidade respeita essa área e tem consciência de que as plantas em crescimento não podem ser mexidas. Em contrapartida, este local está recebendo, agora, as influências das redes, através do ecoturismo, e isso não é inerente à comunidade, mas aos empresários e aos governantes, os quais, como diz Milton Santos¹⁷², vão disputar para que seus locais de domínios se tornem atrativos e, para isso, eles utilizam, tanto recursos materiais quanto imateriais.

Também vemos na narrativa de José Carlos que a comunidade respeita o reflorestamento e não invade a área reflorestada, pois foi feito um trabalho de conscientização, junto aos moradores. Igualmente, eles deixam expostos os escombros da tragédia, resultante de um deslizamento de terra, que ocasionou o início do Projeto na comunidade

Para Maturana e Varella (2001)¹⁷³, as crises ambientais reorganizam o sistema e as crises ecológicas fazem com que os sistemas se reestruturem, dentro da história. Mas não se pode estudar, somente, o evento, sem se preocupar com a história da região ou do povo que ali habita.

A partir da visão desses autores, é possível perceber que deixar o alicerce da casa, na qual morreram uma mulher grávida e seis crianças, é uma forma de reviver a memória e de recontar a história, bem como a narrar sobre o local de reflorestamento e de segurança para uma determinada região e povo.

O trabalho de conscientização não se resume à memória da tragédia. Os mutirantes guiam crianças de escolas pelas áreas de reflorestamento, explicando o porquê de reflorestar aquele local, fazendo plantios com as crianças e falando um pouco sobre a história dos trabalhadores que passaram pelo Projeto.

Além disso, o Projeto Mutirão de Reflorestamento conta, também, com um projeto de educação ambiental, que é o Programa de Educação Ambiental em Áreas de Reflorestamento (PEAR), que deu apoio ao Mutirão de Reflorestamento. O PEAR seleciona e capacita os agentes para atuarem nas comunidades que recebem o Mutirão, mantendo as parcerias com as associações de moradores. Ele também propicia atividades educacionais para as escolas e para os membros dessas comunidades, sempre focando na formação de agentes multiplicadores.

¹⁷² SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

¹⁷³ MATURAMA, Humberto R.; VARELLA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. Pallas Athena, 2001.

Figura 14 – Educação ambiental em área de reflorestamento, no Morro da Babilônia



Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento¹⁷⁴

Em 2002, o PEAR contava com 65 agentes ambientais, atuando em 107 comunidades atendidas pelo Projeto Mutirão. O PEAR faz parceria com as escolas municipais que estão na área da favela, para conscientizar as crianças sobre a importância do reflorestamento e, também, para que elas se sintam parte do processo, bem como as suas famílias. Isso deixou o projeto mais conhecido e com mais pessoas a favor do Mutirão, dentro das comunidades¹⁷⁵.

São objetivos da educação ambiental que as crianças tomem consciência da importância do reflorestamento e, também, que as áreas reflorestadas sejam vistas como locais que possam desenvolver o contato com a natureza e, também, como locais de recreação.

¹⁷⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

¹⁷⁵ COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

3.4 O turismo nas favelas

O turismo teve uma grande impulsão, depois da política de implantação das UPPs¹⁷⁶ nas favelas no Rio de Janeiro. Este projeto tem o objetivo de integrar os moradores das comunidades e os policiais, diminuindo o distanciamento entre esses dois grupos. Ainda que tal projeto não tenha atingido seus maiores objetivos, ele possibilitou o crescimento de atividades que não eram exploradas, antes do projeto, como, por exemplo, o turismo nas comunidades: “o que é certo é que a indústria do turismo é responsável por criar maneiras de transformar, circular e consumir localidades, criando uma cultura material e uma economia de sensações que lhe é específica”¹⁷⁷.

Segundo Freire-Medeiros (2006), a indústria do turismo tem a capacidade de transformar locais, de maneira que sejam olhados como objetos de consumo, por parte de todos, fazendo com que sejam desejáveis, através da formação de uma cultura específica, que vende **as novas sensações**, atreladas a um espaço determinado, fazendo com que a consequência seja o movimento da economia do lugar.

Vale ressaltar que este mercado turístico englobou, somente, algumas comunidades, como as da zona Sul, que, pela proximidade com o centro e com os cartões postais da cidade, junto com a vista linda da cidade e do mar, como no caso do Vidigal, resultou no início das atividades turísticas na comunidade.

Essas atividades turísticas passaram por várias modificações, ao longo dos anos.

¹⁷⁶ UPP - Unidade de Polícia Pacificadora.

¹⁷⁷ FREIRE-MEDEIROS, Bianca . Images of Brazil in a Global Circulation / O Brasil que se Exporta. : A a construção da favela como atração turística. In: CALACS - University of Calgary. Calgary, Canadá, 2006.

CONCLUSÃO

Esta dissertação nos faz entender a complexidade do Projeto Mutirão de Reflorestamento, que só foi possível, diante da abertura política e do diálogo entre Estado e comunidade, que se deu, após a Constituição Federal de 1988.

Vimos, também, que o projeto é inovador no campo de políticas públicas sobre as favelas do Rio de Janeiro, pois ele vai ser uma política democrática não imposta pelo Estado, como acontecia nas décadas de 1960 e 1970, com as remoções de favelas.

No caso do Mutirão, as comunidades se organizavam, através de suas Associações de Moradores, para requisitar o projeto, junto à Prefeitura, e, caracterizando-o, desse modo, como uma atividade social e comunitária, com vistas à recuperação ambiental dos morros cariocas.

Na primeira fase do mutirão, vimos que ele mantém esse caráter, porém, com o passar dos meses e com a implantação da remuneração, em novembro de 1987, vemos que o Estado começa a controlar quem trabalha no mutirão, usando uniformes, fornecendo material de trabalho, como, por exemplo, enxadas, pás e mudas, que é fornecido pela Prefeitura. E os salários e os cargos dos mutirantes estão diretamente ligados ao grau de importância que a pessoa tem, dentro da comunidade, para, desse modo, facilitar a entrada e a permanência do mutirão. Isso acaba descaracterizando o conceito de mutirão do Projeto, pois este está associado ao trabalho associativo e sem remuneração, porém os dados e os depoimentos dos técnicos nos fazem perceber que o pagamento se faz necessário, para aumentar as áreas reflorestadas.

Em 1995, o mutirão implantou o Fator Produtividade e isso fez com que o projeto se afastasse, cada vez mais, de seu caráter de atividade social e comunitária. Esse fator fez com que houvesse uma competição entre os mutirantes e aumentou a área de plantio.

Porém, a área destinada ao reflorestamento tem um limite físico e o Fator Produtividade estimulou os mutirantes a plantarem mais mudas, resultando num problema, que era a falta de espaço para reflorestar. Isso, porque o Mutirão de Reflorestamento lida com limites de territórios físicos.

Deste modo, o impacto do projeto na parte da recuperação ambiental teve uma relevância, em comparação à parte social, porque, na parte de recuperação ambiental, o mutirão vai plantar, também, árvores que não são nativas da Mata Atlântica carioca e isso vai

fazer com que seu objetivo primário, de recuperar a floresta das encostas, não tenha sido alcançado por completo.

Já na parte social, o projeto teve uma ótima repercussão, ocasionando uma maior interação entre a Prefeitura e as comunidades, de forma um pouco mais pacífica do que antes do projeto, momento em que o Estado não conseguia se estabelecer dentro das comunidades, sem ter que entrar e se estabelecer pela força.

No caso do Vidigal, o programa vai além do projeto em si, pois, com a atividade turística no local, que se fortificou com o programa, e com a localização e vista ímpares que se tem da cidade, vai trazer novos desafios e algumas tensões, dentro da área reflorestada, pois o turismo vai **exigir** a disponibilidade de um aparato de comodidade ao turista, entretanto este aparato não pode ser montado nas áreas de atuação do Projeto.

Portanto, vemos que o mutirão passou por várias etapas e teve diferentes objetivos, ao longo dos anos e dos governos. Esses diferentes estágios transformaram o programa, visando mais à integração social entre Estado e comunidade. Porém, no caso do Vidigal, o programa não deixou de focar em seu objetivo, a recuperação ambiental, mesmo com as tensões resultantes da atividade turística na região.

Esta dissertação também contribuirá para o Programa de Pós-Graduação em História Social do Território, pois ela traz para a academia um projeto ímpar, que envolve habitação, meio ambiente e cidade. Neste trabalho, esses assuntos são discutidos, através da vertente do território, o que vai ao encontro de uma das premissas do Programa.

Logo, vemos que a contribuição acadêmica é pautada pela abrangência e pela interdisciplinaridade do tema, que dialoga com áreas da Geografia urbana, da História urbana e do meio ambiente. Essa contribuição só foi possível, porque o programa é abrangente, em suas discussões sobre o território.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, S. C.; ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-RIO/Zahar, 1987.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Org.). *Escritos sobre espaço e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 421-450.

ANDREA, Sergio. “E a luta continua...”. In: *Prefeitura do Rio de Janeiro, Pensar e fazer*. Rio de Janeiro: SMDS/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1988. p. 5-10.

ARNOLD, David. *The problem of nature: environment, culture and European expansion*. Oxford: Blackwell, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. São Paulo, Zahar, 2007.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XV, nº 865, 25 de março de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-865.htm>. Acesso em: 16 ago. 2019. [ISSN 1138-9796]

BARBOZA, S. C. *Políticas e programas habitacionais no município do Rio de Janeiro: uma avaliação da experiência (1979-2002)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 72-73.

BRANDÃO, A. M. P. M. As alterações climáticas na área metropolitana do Rio de Janeiro: uma provável influência do crescimento urbano. In: ABREU, M. de A. (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 143-200.

BRASIL. *Primeiro relatório nacional para a conservação da diversidade biológica*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1998.

BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A; ATILIO, M. *Um Século de Favelas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRUM, Mario Sergio Ignacio. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*, ano XVI, nº 29, 2013.

BRUM, Mario Sergio Ignacio. *O povo acredita na gente: Rupturas e continuidades do movimento comunitário das favelas cariocas das décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2006.

CÂMARA DO DISTRITO FEDERAL. *Annaes do Conselho Municipal do Districto Federal*, vol. 21, p. 165.

CARVALHO, Leo Fontes Paz de. *Direito à verdade e à memória no processo de remoções de favelas da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

COHEN, Marcos. *Avaliação do uso de estratégias colaborativas na gestão de unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio de Janeiro*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COMPANS, Rose R. B. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *In: Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, maio de 2007.

DAVIDOVICH, Fany. Programa Favela-Bairro e tendências de reestruturação da metrópole – o caso do RJ. *In: VII Encontro Nacional da ANPUR*, Recife, 1997.

FERNANDES, M. The paid self-help reforestation project. *In: Environmental innovations for sustainable mega-cities: sharing approaches that work*. New York: Mega-cities Project, 1996.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Images of Brazil in a Global Circulation / O Brasil que se exporta: a construção da favela como atração turística. *In: CALACS*. Calgary, Canadá, 2006.

GALVÃO, Maria do Carmo Correia. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. *In: ABREU, M. de A. (org.). Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Carioca, 1992. p. 13-26.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/Ed. PUC-Rio, 2013. p. 46.

HAESBAESRT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *La invención de la tradición*. Barcelona: Crítica, 2002.

JUNIUS, Celso Ferreira Santos. *Restauração ecológica associada ao social no contexto urbano: O projeto Mutirão Reflorestamento Conservação e Recuperação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2015. Capítulos 13-14.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. Ed. 1. São Paulo: Moraes, 1991.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística: Um novo nexos entre o lugar e o mundo. *In: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: A diversidade do saber turístico*. Fortaleza: FUNECE, 1998, p. 15-29.

MATURAMA, Humberto R.; VARELLA, Francisco J. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Pallas Athena, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Consulta nacional Agenda 21: desenvolvimento sustentável, 100 experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, 1997.

MERTON, Robert. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1957.

MORAES, L. F. D. de; ASSUMPÇÃO, J. M.; PEREIRA, T. S.; LUCHIARI, C. Manual técnico para a restauração de áreas degradadas no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. 84 p.

PAULO, P. P. *Do "Ponha-se na Rua" ao "Sai do Morro Hoje": das raízes históricas das remoções à construção da "cidade olímpica"*. Niterói: Ed. UFF, 2013.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

PETERSON, Lu. *Das Remoções à Célula Urbana: Evolução Urbano-Social das Favelas do Rio de Janeiro*. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pref. do Rio de Janeiro, 2003.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTES, Alejandro. Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado: as favelas do RJ. In: *Estudos CEBRAP*, n. 22, 1978.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra capital, 2014.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o Ordenamento Sócio-Habitacional Carioca (1947-1962)*. São Gonçalo: Ed. UERJ, 2009. p. 24.

RODRIGUES, P. H. A. *Extensão dos serviços públicos às comunidades de baixa renda do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBAM/CDM, 1988.

SALGADO, Silvia. Mutirão de Reflorestamento. In: FUJIWARA, Luis Mário; ALESSIO, Nelson Luís Nouvel e FARAH, Marta Ferreira Santos. *20 experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.

SANTOS, Danielle Gomes dos. *Condições atuais do Reflorestamento realizado Projeto Mutirão Reflorestamento na da Posse, municípios do Rio de Janeiro – RJ, 2006*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia da Letras / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

TELLES, V. Pobreza e cidadania: precariedade e condição de vida. In: MARTINS, H.; Ramalho, J. R. (Org.). *Terceirização - diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora HUCITEC CEDI/NETS, 1994.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VAZ, L. F. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro - séculos XIX e XX*. Ed. 1. Rio de Janeiro: 7 letras / FAPERJ, 2002, v. 1.

VIEIRA, Beatriz Morais. Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos. In: *Revista Maracanã*. 11 ed., dezembro 2014.

SITES:

ARAÚJO, Leo. *Costa en Morro do Vidigal*. Disponível em: www.minube.com/fotos/rincon/3663339. Acesso em: 09 dez. 2015.

BATISTA, S. *Programa de Reflorestamento equilibra paisagem do Morro da Formiga*. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/aconteceselecionado/programa-de-reflorestamento-equilibra-paisagem-do-morro-daformiga/Formiga>. Acesso em 07 dez. 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 11 dez. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor*. Disponível em: <http://www.camara.rj.gov.br/controle.php?m1=legislacao&m2=plandircid&url=http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/indexplano.php> . Acesso em: 20 de jan. de 2018.

JORNAL DO BRASIL. *Jornal do Brasil S.A 1996*. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1996_00323.pdf. Acesso em 17 dez. de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CAPÍTULO 11 (COMBATE AO DESFLORESTAMENTO)*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/644-cap%C3%ADtulo-11.html>. Acesso em: 05 dez 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Prefeitura do Rio de Janeiro - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Projeto Mutirão Reflorestamento*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/2C87C7CF/SeminAPPConamaMarcelo.pdf>. Acesso em: 07 dez 2015.

O GLOBO. *Acervo do Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019771231> . Acesso em: 17 abril de 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Portaria SMAC/CGAV/CRA nº 001/2014*. Estabelece as diretrizes para o fornecimento de mudas para atendimento ao disposto na Resolução Conjunta SMAC/SMU nº 14 de 30 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4975980/4128140/PORTARIAQUEDEFINEPROCEDIMENTOSNOFORNECIMENTODEMUDAS.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Refrescando a Memória*. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/refrescando/reflorestamento/>. Acesso em: 17 dez. 2015.

RIO NATURAL. *Trilha do morro Dois Irmãos*. Disponível em: <http://rionatural.com.br/pt-br/tours/trilha-morro-dois-irmaos/>. Acesso em: 12 abr 2016.

VELEZ, Vitoria. *Reflorestamento diminui risco de deslizamentos nos morros cariocas*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/08/30/campanha-de-reflorestamento-renova-esperanca-nos-morros-cariocas.htm>. Acesso em: 30 ago 2013.

VIVARIO. *Favela tem memória*. Disponível em: <http://favelatemmemoria.com.br/>. Acesso em: 19 jan 2016.

ANEXO A – Roteiro das entrevistas dos mutirantes

- 1- Como foi a sua entrada no projeto?
- 2- Como foi a sua trajetória no projeto?
- 3- Como o projeto foi iniciado na comunidade?
- 4- Como é feita a plantação? Vocês ajudam a selecionar as mudas junto a prefeitura?
- 5- Vocês planejam algo diferente, tipo plantas medicinais, da tabela de mudas?
- 6- Como é a relação dos técnicos com a comunidade? Ela vai além da relação com a Associação de Moradores?
- 7- Como é a relação da comunidade com o reflorestamento?
- 8- Em algum momento você pensou em sair do projeto? O que aconteceu?
- 9- O reflorestamento trouxe algum benefício para a comunidade? Ecológico, financeiro ou de segurança.
- 10- Como é a sua relação com os técnicos?
- 11- Você se sente valorizado pelo projeto e pela comunidade?
- 12- Você passou por alguma dificuldade em relação ao mutirão durante o período que você trabalhava no reflorestamento?

ANEXO B – Roteiro da entrevista dos técnicos

- 1- Qual a sua formação?
- 2- Como foi a sua entrada no projeto? Você precisou fazer algum curso de capacitação ou ele foi oferecido a você?
- 3- Você estava no projeto quando ele começou na comunidade?
- 4- Como foi iniciado o projeto na comunidade? Com quem você falou para ele ser iniciado ou alguém da comunidade falou com você?
- 5- Como é a sua relação com os mutirantes? E com a comunidade?
- 6- Como é a sua relação com o encarregado?
- 7- Por que foi escolhida a área da zona sul para a grande expansão do projeto?
- 8- Existe alguma relação da comunidade com o reflorestamento?
- 9- Você já se sentiu insegura trabalhando nessa comunidade?
- 10- Em algum momento você sofreu alguma ameaça enquanto responsável técnica?
- 11- Você já viu algum técnico ser ameaçado?
- 12- Quais mecanismos você utiliza, para a sua segurança, quando entra nas comunidades?
- 13- Quando vocês terminam de fazer o reflorestamento vocês têm alguma forma de monitoramento dessas regiões? Como ela é feita?
- 14- A área de reflorestamento é muito invadida pela comunidade ou respeitada?
- 15- Como é feito o monitoramento das áreas reflorestadas?
- 16- Vocês monitoram os índices de deslizamento desde a implantação do projeto?
- 17- Quais os conflitos ambientais que existem na sua área?
- 18- Como é feita a manutenção? O seu reflorestamento está nesse estágio?
- 19- Você acha que o reflorestamento fica muito exposto aos conflitos ambientais como, por exemplo a criação de animais, soltura de balão e atividade religiosa? Você poderia me dar algum exemplo de algum fato ocorrido?
- 20- Vocês utilizam quais espécies?
- 21- Onde vocês usam as espécies frutíferas exóticas? E por que as utiliza?

ANEXO C - Relação de mudas por trimestres, espécies e nome vulgar

TRIMESTRE DE SEMEIO	ESPÉCIES	NOME VULGAR
1º	<i>Mimosa caesalpiniiifolia</i>	Sabiá
	<i>Croton floribundus</i>	Capixingui
(janeiro/março)	<i>Jacaratia spinosa</i>	mamão - do - mato
	<i>Joannesia princeps</i>	andá-assu
	<i>Luehea grandiflora</i>	açoita – cavalo
	<i>Inga uruguensis</i>	ingá - quatro – quinas
	<i>Psidium guajava</i>	Goiaba
	<i>Syzygium cuminii</i>	Jamelão
	<i>Acacia auriculiformis</i> (*)	-

2º	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Sombreiro
	<i>Senna siamea</i>	cássia – siamea
(abril/junho)	<i>Aegyphylla sellowianna</i>	Tamanqueira
	<i>Cecropia sp.</i>	Embaúba
	<i>Gochnatia polymorpha</i>	Cambará
	<i>Senna multijuga</i>	Aleluia
	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	Sibipiruna
	<i>Chorisia speciosa</i>	Paineira

3°	<i>Tamarindus indica</i>	Tamarindo
	<i>Centrolobium tomentosum</i>	Araribá
(julho/setembro)	<i>Cytharexylum mirianthum</i>	Tarumã
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	orelha - de - negro
	<i>Mimosa bimucronata</i>	Maricá
	<i>Sparattosperma leucanthum</i>	ipê - cinco - folhas
	<i>Tibouchina granulosa</i>	Quaresmeira
	<i>Cordia superba</i>	babosa - branca
	<i>Hymenaea courbaril</i>	Jatobá
4°	<i>Tabebuia heptaphylla</i>	ipê - roxo
	<i>Mimosa artemisiana</i>	Roseira
(outubro/dezembro)	<i>Peltophorum dubium</i>	Tamboril
	<i>Pterogyne nitens</i>	amendoim - bravo
	<i>Schinus therebintifolius</i>	Aroeira
	<i>Schizolobium parahyba</i>	Guapuruvu
	<i>Trema micranta</i>	Crindiúva
	<i>Pseudobombax grandiflorum</i>	Embiruçu
	<i>Spondias lútea</i>	cajá - mirim
	<i>Artocarpus integrifolia</i>	Jaqueira